

A maior luta da História!

1) Importante discurso de
Adolf Hitler pronunciado
no Parlamento Alemão em
Berlim, no dia 21 de maio de
1935 (4 anos antes da guerra.)

2) Importante discurso
de Adolf Hitler
pronunciado na abertura da
campanha de Auxílio de Inverno,
(durante a guerra)
em 3 de outubro de 1941.

**(Publicados pelo Serviço de
Informação do Governo Alemão.)**

Digitalizado por: Trovoada - SP
<http://trovoadasp.blogspot.com.br/>

FRONT-12 DIVISION ABC
A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z
FILE -1200 FIVE-ACE

A maior luta da História!

DISCURSO DE ADOLF HITLER

pronunciado na abertura da campanha
de Auxílio no Inverno durante a guerra,
em 3 de Outubro de 1941.

393

Atenção

Serviço de informação
_____ da _____
Legação da Alemanha
— LISBOA —

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

Por ocasião da abertura da campanha de Auxílio no Inverno durante a guerra, no Palácio dos Desportos, em Berlim, o Führer proferiu o seguinte discurso:

Homens e mulheres do povo alemão! Camaradas!

Se venho falar-lhes novamente decorridos longos meses, não o faço para responder a algum discurso daqueles políticos que há bem pouco se admiravam da razão do meu prolongado silêncio. O mundo avaliará um dia o que teve mais importância nestes três meses e meio: se o discurso do sr. Churchill, se as minhas acções.

Vim hoje aqui, como sempre, inaugurar a campanha de Auxílio no Inverno. Desta vez, bastante difícil se me tornou comparecer aqui, porque na nossa frente de leste, neste momento, se iniciaram operações que ficarão assinaladas como acontecimento de magna importância.

Desenvolvem-se essas operações há já 48 horas em proporções gigantescas. Esta acção vai contribuir para o esmagamento do inimigo a leste.

Falo-lhes neste momento, em nome dos milhões de homens agora empenhados na luta, para vos pedir que além dos sacrifícios anteriores, se sacrifiquem também neste ano pela nova campanha de Auxílio no Inverno.

Desde 22 de Junho que se desenrola um luta de verdadeira importância decisiva para o mundo. Só a posteridade poderá devidamente pesar a grandiosidade e as consequências dêste facto histórico. Um dia ficará ela convencida que começou uma nova época.

Porém, também esta luta eu não a desejei.

Desde Janeiro de 1933, ano em que a Providência me confiou a chefia e os destinos do Reich, que eu tive um objectivo em mente, o qual em essência foi esboçado no programa do nosso Partido Nacional-Socialista. Nunca fui infiel a êste intuito, nunca renunciei ao meu programa. Esforcei-me outrora por alcançar o ressurgimento interno dum povo que, depois de uma guerra perdida por sua própria culpa, deixou atrás de si a mais profunda hecatombe da sua História. — Isto era já um trabalho colossal! Encetei essa tarefa na altura em que outros tinham experimentado um desaire ou haviam renunciado a admitir a possibilidade da execução dum tal programa.

Aquilo que nestes anos conseguimos realizar, é **único**. É por isso que eu e os meus colaboradores nos sentimos ofendidos, quando temos que ocupar-nos com essas nulidades democráticas, que nem sequer estão em condições de nos citar do seu passado uma única obra vital verdadeiramente grande.

Eu e os meus colaboradores não tínhamos necessidade desta guerra, para, devido a ela, lançarmos os nossos nomes na posteridade. Para tanto, teriam chegado as realizações do tempo de paz, sem dúvida alguma. Além disso, não tínhamos ainda chegado ao termo do nosso trabalho criador; nalguns pontos estávamos mesmo ainda no início.

Assim, foi levado a cabo o saneamento interno do Reich nas mais difíceis condições, pois todavia, temos na Alemanha que alimentar 140 indivíduos por quilómetro quadrado. Com os outros povos já isto não é assim. Não

obstante, resolvemos os nossos problemas, ao passo que o mundo democrático, em grande parte, falhou justamente na resolução dêles.

Os nossos objectivos eram os seguintes:

Primeiro, promover a consolidação da nação alemã;

segundo, alcançar a nossa igualdade de direitos no exterior;

terceiro, conseguir a unidade do povo alemão e com ela a reconstituição de um Estado conforme a natureza, o qual só artificialmente foi quebrado durante séculos.

Assim, meus camaradas, logo desde o início que estava assente o nosso programa externo e de antemão fixadas as necessárias disposições. Porém com isso nunca se quis dizer que nós alguma vez pretendessemos a guerra. Uma coisa, todavia, ficara assente: que em caso algum, renunciaríamos ao restabelecimento da liberdade alemã, ou seja, a precondição para o renascimento da Alemanha.

Animado destas intenções, apresentei muitas propostas ao mundo adverso; não preciso de repeti-las aqui. Compete à diária actividade publicista dos meus colaboradores, tratar dêsse capítulo. Porém, tôdas as ofertas de paz que eu submeti à apreciação dos críticos: propostas de desarmamento, sugestões para o estabelecimento pacífico de novas e sensatas regulações económicas, etc., tôdas foram rejeitadas, muito especialmente por aquêles que, evidentemente não acreditavam na execução da sua obra pela via pacífica ou, melhor dito, temiam não poder manter o seu próprio regime em vigor.

Não obstante, em anos de labuta pacífica, conseguimos não sómente levar a tôrmo a nossa

grande reforma interna, mas também começar a unificar a nação alemã, criando assim o grande Reich, pois, de novo trouxemos para a pátria milhões de homens de sangue alemão, ao mesmo tempo que púnhamos ao dispor do nosso povo o poderoso factor político que um tal número de indivíduos representa.

Nesse período foi-me possível trazer para nós um certo número de aliados, à frente dos quais se encontra a Itália, a cujo chefe político me liga uma amizade firme e profunda.

Também com o Japão as nossas relações se tornaram cada vez melhores. Além disso, desde o princípio contámos na Europa com uma série de Estados e povos que se relacionam connosco num ambiente de constante simpatia, especialmente a Hungria e alguns Estados nórdicos. Depois, outros povos se juntaram a estes, mas não infelizmente aquêle que, durante a minha vida, sempre me esforcei por atrair: o povo britânico. Não quero isto dizer que seja o povo inglês, na sua totalidade, o único responsável d'este facto, não; mas, só alguns indivíduos que pelo seu estranhado ódio e loucura, procuraram sabotar todo o esforço de entendimento, apoiados pelo inimigo internacional — o judaísmo —, que todos nós bem conhecemos.

Nestas circunstâncias, não nos foi dado, contrariamente a toda a minha esperança, estabelecer a união da Grã-Bretanha, e em especial do povo inglês, com a Alemanha, esta união que sempre esperei. Por esta razão, tal qual como em 1914, chegou o dia em que se devia tomar a dolorosa resolução. Então também não recuei, pois, sobre uma coisa eu não tenho dúvida alguma:

Já que se tornara impossível conquistar a amizade inglesa, então bem melhor foi que a sua inimizade atingisse a Alemanha, num momento em que eu próprio ainda estava à frente do nosso Reich. Já que, não obstante as providências que tomei e a boa vontade manifestada, não havia maneira de captar a amizade

britânica, então considerámo-la perdida para o futuro; assim, mais nada restava do que a luta, e eu agradeço ao Destino ter-me fadado para dirigí-la pessoalmente.

Por isso, também eu alimento a convicção de que, na realidade, com tais homens não pode haver qualquer entendimento. São loucos varridos, gente que desde há dez anos a esta parte não conhece outro estribilho do que este:

„Queremos novamente uma guerra com a Alemanha!“

Na verdade, em todos êstes anos em que procurei chegar a um acôrdo, em tôdas as circunstâncias,

sempre o Sr. Churchill teve unicamente esta ambição: **„Eu quero ter a minha guerra!“**

E tem-na agora!

E todos os seus instigadores, que outra coisa não sabiam dizer, senão que devia ser uma „guerra divertida“, e que recíprocamente se felicitaram em 1 de Setembro de 1939 por essa divertida guerra que eclodia, — êsses instigadores devem entrementes ter aprendido a pensar coisa bem diferente sôbre a tal „divertida guerra“.

E se, porventura, ainda êles não sabem que esta guerra nada tem de divertido para a Inglaterra, então com o tempo êles verificarão que isto é tão verdade, como eu estar aqui a falar-vos.

Êstes instigadores à guerra, não só do velho como também do novo mundo, procuraram primeiro empurrar a Polónia. Moveram-na com astúcia, fazendo-lhe acreditar primeiramente que a Alemanha, no fim de contas, não era aquilo que ostentava, e, segundo, que tinha a garantia de

que lhe seria prestado, em tôdas as circunstâncias, o necessário auxílio. Era êste um período em que a Inglaterra não mendigava ainda pelo mundo, que corresse em sua ajuda, mas em que prometia, sim, à bôca cheia, auxílio a todos. Mas desde então a situação modificou-se profundamente.

Agora já não verificamos que a Inglaterra esteja instigando os países a entrar em guerra com a promessa de lhes prestar socorro, mas sim vemos a Inglaterra mendigar apoio pelo mundo para a coadjuvarem na sua guerra.

Na devida altura, apresentei as minhas ofertas à Polónia, sôbre as quais, agora que os acontecimentos contra a nossa vontade tomaram um outro rumo, eu tenho aqui que dizer: foi a Providência, a Onnipotente Providência que impediu então ter sido aceite a minha proposta. Bem sabia Ela, porque razão assim tinha que suceder e, hoje, eu também o sei, e sabemos-lo todos nós.

Esta conspiração de democráticos, judeus e mações, conseguiu há dois anos lançar a Europa na guerra. As armas tinham que usar da palavra.

Trava-se desde então a luta entre a verdade e a mentira e, como sempre, também desta vez a verdade há-de sair vitoriosa. Por outras palavras, por muito que mintam a propaganda inglesa, o judaísmo mundial e os seus apauiguados democráticos, em nada conseguirão alterar as realidades históricas. E a verdade histórica é que não são os ingleses que puseram o pé na Alemanha; não foram os outros Estados que conquistaram Berlim por exemplo, e que não foram êles que avançaram para oeste e para leste.

A verdade histórica é esta: que desde há dois anos até agora, a Alemanha tem batido os seus inimigos um após outro.

Não era isto que eu queria. Logo após a primeira fase do conflito, novamente lhes estendi a mão. Eu próprio fui soldado e sei, pois, quanto custa arrancar a vitória.

ria, quanto sangue e desgraça, dores, privações e sacrifícios são necessários. Mas a minha mão foi repelida ainda mais bruscamente; desde então sabemos que cada oferta de paz minha logo servia ao belicoso instigador Churchill e seus partidários para explicar aos povos ludibriados que êsse gesto era uma prova de fraqueza da Alemanha. Isso seria a demonstração de que nós não poderíamos continuar a guerra e estávamos à beira da capitulação. Por isso desisti de tornar a trilhar um tal caminho; cheguei, assim, ao convencimento de que **presentemente se tem de alcançar uma decisão insofismável, uma decisão de conseqüências mundiais que exerça a sua acção pelos próximos cem anos.**

Animado continuamente do intento de limitar o número de países em guerra, resolvi-me em 1939 a tomar uma atitude que vós, meus mais velhos correligionários, compreendesteis como o passo mais difícil pelo que — tenho que o dizer — de mim exigia de humana humilhação: nessa altura, mandei o meu ministro a Moscovo. Foi êsse o momento de maior provação para a minha sensibilidade, mas quando está em jôgo a sorte de milhões de indivíduos, não é o sentimento que deve impor a decisão. Procurei chegar neste capítulo a um entendimento. Sabem muito bem como eu cumpri sincera e escrupulosamente as obrigações contraídas. Tanto na nossa Imprensa, como nas nossas reuniões, nunca se escreveu ou disse então sequer uma palavra mais contra a Rússia ou contra o bolchevismo.

Infelizmente, logo de princípio, a outra parte deixou de cumprir a sua palavra. O resultado dêsse acôrdo foi a traição que pouco depois liquidava todo o nordeste da Europa. O que então significou para nós termos de assistir impassíveis à trucidação do pequeno povo finlandês, bem o sabeis todos vós. Conservei-me em silêncio, porém. Como finalmente nos sentimos atingidos, ao serem também violados os Estados bálticos, isso só pode ser avaliado por

quem conheça a História alemã, e saiba que ali não há um quilômetro quadrado de terra que não fôsse outrora conquistado para a cultura e civilização humana pelo trabalho do pioneiro alemão.

Não obstante isto, guardei silêncio. Só quando, de semana para semana, comecei a pressentir que a Rússia soviética via chegada a hora de marchar contra nós, que no momento em que nós tínhamos 3 escassas divisões na Prússia Oriental, ali se encontravam 22 divisões soviéticas e que recebi elementos informativos de que na nossa fronteira do lado de lá se iam sucessivamente construindo campos de aviação e do poderoso Império soviético se dirigiam para a fronteira divisões após divisões, então me vi na obrigação de tomar também as minhas providências.

Nunca a História desculpou qualquer falta, que pretenda justificar-se mais tarde com o argumento: não dei por isso ou não podia acreditar. Encontrando-me à frente do Império alemão, sinto-me responsável pela nossa grei, pela sua sorte, pelo seu presente e, tanto quanto possível, mesmo pelo seu futuro.

Por isso me vi forçado a tomar as minhas disposições para a defesa. Mas essas disposições eram unicamente de natureza defensiva. Já em Agosto e Setembro do ano passado eu tinha chegado a esta conclusão: uma luta a ocidente com a Inglaterra, em que se viesse a empenhar completamente a aviação alemã, já não seria possível, pois, nas nossas costas se encontrava um Estado que continuamente se ia preparando para nesse momento avançar contra o Reich.

Todavia, só agora podemos tomar perfeito conhecimento da envergadura das medidas que ele tinha posto em prática.

Era ainda meu intuito nessa altura esclarecer completamente o problema e, por isso, convidei Molotow para vir a Berlim. Apresentou-me êle quatro condições, que vós conheceis.

Primeiro, a Alemanha deveria definitivamente concordar em que a Rússia tinha que liquidar completamente a Finlândia, pois se via novamente ameaçada por ela. Não pude fazer outra coisa, senão repudiar esta exigência.

O segundo ponto dizia respeito à Roménia. Foi-me perguntado, se a garantia alemã à Roménia também a protegeria contra a Rússia Soviética. Também neste ponto tive que manter-me fiel à palavra dada. Não tenho remorsos de haver procedido assim, já que também na Roménia encontrei na pessoa do general Antonesco um homem de consciência, que também por seu lado honestamente tem cumprido a sua palavra.

O terceiro ponto referia-se à Bulgária. Molotow exigia para a Rússia Soviética o direito de enviar para aquêle país tropas de guarnição para proporcionar uma garantia russa à Bulgária. O que isto significava já suficientemente o tínhamos aprendido quando do caso da Estónia, Letónia e Lituânia. Mas considerava todavia — respondi — que uma tal pretensão de garantia havia naturalmente de ser o resultado de desejos manifestados pelo garantido. Ora a mim nada me constava de um tal desejo, e por isso tinha primeiro que consultá-lo e ouvir sôbre o caso os seus aliados.

O quarto ponto era âcerca dos Dardanelos. Pretendia a Rússia bases nos Dardanelos. Se Molotow agora pretende negá-lo, já não temos de que nos admi-

rar. Também amanhã ou depois, quando já não estiver em Moscovo, procurará êle negar que já não se encontra em Moscovo.

Êle apresentou, porém, esta exigência, e eu não a aceitei. Fui obrigado a rejeitá-la e com isso fiquei, sem dúvida, inteirado de que era agora chegado o momento de prestar a maior atenção. Desde então observei cautelosamente a Rússia Soviética. Cada divisão que podíamos identificar era para nós cautelosamente anotada e, como era nosso dever, convenientemente contrabalançada. A situação em Maio era de tal maneira obscura, que já não podiam subsistir quaisquer dúvidas de que a Rússia tinha a intenção de cair sobre nós na primeira oportunidade. Êstes momentos adensaram-se de tal maneira em fins de Maio, que não mais era possível afastar do pensamento a idéia duma ameaçadora luta de vida ou de morte.

Fui nessa ocasião obrigado a guardar silêncio, o que me foi duplamente penoso. Talvez não fôsse doloroso em relação à pátria, porque, no fim de contas, esta deve compreender que há ocasiões em que se não pode falar, se se não quer pôr toda a nação em perigo. Muito mais penoso me foi o silêncio para com os meus soldados, que se contavam por divisões e divisões na fronteira oriental do Reich, e não sabiam de que se tratava, nem tão-pouco possuíam a mínima idéia das alterações que, na realidade, tinham havido, mas que talvez um dia se empenhariam numa violenta acção com as armas, mesmo na mais violenta acção de todos os tempos.

Não me era permitido falar justamente por sua causa, porque, se me tivesse escapado uma única palavra, em nada se teria alterado a deliberação do senhor Estaline, mas perder-se-ia a vantagem da surpresa, que era a única arma que me restava. E qualquer aviso preliminar, qualquer indício, teria custado a vida a centenas de milhar de camaradas nossos.

Por essa mesma razão guardei ainda silêncio no momento em que tinha definitivamente resolvido a dar, eu próprio, o primeiro passo. Quando vejo que um inimigo assesta a arma, não espero que êle faça fogo, mas resolvo-me imediatamente a tomar a iniciativa em primeiro lugar. Devo confessar aqui hoje, que esta foi, até agora, a mais grave resolução de tôda a minha vida. Um passo desta ordem abre uma porta, atrás da qual apenas se ocultam mistérios, e sòmente a posteridade sabe com exactidão, como isso foi e o que aconteceu.

E assim só pode ajustar-se no seu íntimo com a sua consciência, pôr a sua confiança no seu povo e na fôrça das armas por êle próprio forjadas; finalmente — o que já repetidamente tenho dito — pode pedir a Deus que conceda a sua benção àquêle que está preparado e disposto a combater santa e altruístamente pela sua existência.

Iniciou-se na manhã de 22 de Junho a maior guerra da História Universal. Já são passados cêrca de três meses e meio e posso hoje estabelecer a seguinte conclusão:

Desde então tudo se tem passado conforme os planos estabelecidos.

Eis o que o soldado ou o destacamento, nos seus pormenores, tinha sempre de verificar com surpresa: durante todo êste tempo, nem por um só segundo foi retirado das mãos do comando o direito de proceder. Pelo contrário: até ao dia de hoje, tôdas as acções têm decorrido rigorosamente dentro dos planos estabelecidos, tal como outrora no oriente contra a Polónia, depois contra a Noruega, e, finalmente, contra a França e contra os Balcãs.

Uma outra coisa devo aqui frisar: Não nos enganámos nem na exactidão dos planos, nem na destreza e histórica bravura do soldado alemão, e, finalmente, tão-pouco nos enganámos sobre a excelência das armas!

Não nos enganámos sobre o impeccável funcionamento de toda a nossa organização da frente, nem sobre o domínio dos gigantescos territórios da retaguarda, assim como sobre a pátria alemã.

Enganámo-nos, porém, numa coisa: Não tínhamos a menor idéia de como era gigantesca a preparação deste inimigo contra a Alemanha e contra a Europa, como era imensamente grande este perigo, e como ainda só por um fio conseguimos escapar da destruição, não somente da Alemanha, mas de toda a Europa. Isso posso declarar aqui hoje.

Declaro-o apenas hoje, porque só hoje me é permitido dizer que este inimigo já está quebrado e nunca mais se erguerá.

Organizou-se aqui uma Potência contra a Europa e de que, infelizmente, a maioria não tinha qualquer idéia e muitos ainda hoje a não têm. Ter-se-ia isto convertido num novo furacão mongólico dum novo Dschingis Khan.

O afastamento deste perigo, devemos-lo agradecer, em primeiro lugar, à bravura, à resistência e ao espírito de sacrifício do nosso soldado alemão, e depois também ao sacrifício daquêles que marcharam connosco. Pela primeira vez, uma espécie de despertar europeu passou através deste continente.

A Finlândia — um verdadeiro povo de heróis — combate no norte. Está com frequência completamente só nos seus vastos territórios, confiando apenas na sua própria força, na sua coragem, na sua bravura e na sua tenacidade.

No sul batalha a Roménia, sob a direcção dum homem igualmente bravo e resoluto. Refêz-se com assombrosa rapidez de umas das mais graves crises de Estado que podem derrubar um povo e um país.

E com isto abrangemos tóda a vasta extensão dêste teatro de guerra, que vai desde o Mar Branco até ao Mar Negro. Nestes territórios lutam os nossos soldados alemães e, juntamente com êles, incorporados nas suas fileiras, os italianos, finlandeses, húngaros, romenos e eslovacos. Os croatas estão em marcha e os espanhóis entram agora na batalha. Belgas, holandeses, dinamarqueses, noruegueses, e até mesmo franceses, estão incorporados na longa frente ou está-lo-ão brevemente.

Foi-vos agora dado conhecimento, em largos traços, de tóda a evolução dêstes acontecimentos únicos.

Entraram em acção três grupos de exércitos alemães. Um tinha por missão romper o centro. Um dos dois flancos recebeu instruções para avançar sôbre Leninegrado, e o outro para ocupar a Ucrânia. Estas três missões estão cumpridas em essência.

Quando os inimigos diziam frequentemente neste período de batalhas gigantescas e únicas na História: „Porque se não dá algum acontecimento?“, respondemos agora que se deu sempre qualquer acontecimento. E justamente porque êle se deu é que nós não podíamos falar.

Se, hoje, eu fôsse obrigado a ser Primeiro Ministro inglês, talvez, em igualdade de circunstâncias, discursasse continuamente — justamente porque ali nada acontece. Mas é nisto que reside precisamente a diferença!

Homens e mulheres do povo alemão: hoje, tenho que declarar aqui, perante todos vós, que nem sempre me era

permitido falar — não porque não tivéssemos suficiente confiança no ininterrupto e gigantesco esforço dos nossos soldados, mas porque não devíamos dar inconsideradamente a saber ao inimigo situações que êle próprio, no seu miserável serviço noticioso, só alguns dias depois — e até mesmo semanas depois — vinha a conhecer.

Fiz publicar recentemente no comunicado das forças armadas: O comunicado das forças armadas alemãs é um comunicado da verdade.

Quando algum vergonhoso jornaleco britânico declara que qualquer coisa ainda carece de confirmação, basta responder que o comunicado alemão das forças armadas tem sido até agora rigorosamente confirmado.

É fora de dúvida que fomos nós vencedores na Polónia e não os polacos, muito embora a Imprensa britânica tivesse pretendido o contrário.

Também não há dúvida de que vencemos na Noruega, e não os ingleses.

Evidentemente que também se não duvida que a Alemanha derrotou a França, e não o contrário.

Também, finalmente, não há qualquer dúvida de que fomos coroados de êxito na Bélgica e na Holanda, e não os ingleses. Parece-nos que também não oferece dúvida que somos nós que estamos na Grécia, e não os ingleses ou os neo-zelandeses, assim como êles não estão em Creta, mas sim nós. O comunicado dos exércitos alemães disse, portanto, a verdade e não o dos adversários.

E não é outra a situação no oriente. Segundo a versão inglesa, há três meses que ali sofremos derrota após derrota. Nós estamos, porém, a mil quilómetros para além das nossas fronteiras, estamos a oriente de Smolensko, estamos em frente de Leninegrado e estamos nas margens do Mar Negro. Estamos em frente da Crimeia, e não os russos junto ao Reno.

Se os soviets têm sido até agora continuamente vencedores, então têm nesse caso aproveitado muito mal as suas vitórias. Depois de cada vitória têm imediatamente recuado 100 ou 200 quilómetros, para talvez nos atrair às profundezas do seu território.

Os números provam a grandeza da batalha.

Há muitos entre vós que tomaram parte na Grande Guerra Mundial e que sabem o que quer dizer fazer prisioneiros e conquistar ao mesmo tempo 100 quilómetros.

O número de prisioneiros eleva-se agora a cerca de 2,5 milhões de russos soviéticos.

O número de canhões tomados ou destruídos, portanto em nosso poder, atinge já hoje a cifra de 22.000, números redondos.

O número de carros blindados tomados ou destruídos, portanto em nosso poder, cifra-se hoje em mais de 18.000.

O número de aviões destruídos, avariados e abatidos, ultrapassa os 14,5 milhares.

E atrás das nossas tropas fica já um território duas vezes maior que o Reich alemão quando eu recebi a chefia do Governo em 1933, ou quatro vezes maior do que a Inglaterra.

O avanço em linha recta feito pelos soldados alemães eleva-se hoje, em média, de 800 a 1000 quilómetros. Isto em linha recta. Em quilómetros de marcha corresponde frequentemente a uma vez e meia e mesmo ao dobro, sobre uma gigantesca extensão de frente e contra um inimigo — devo aqui declará-lo — que não se compõe de homens, mas sim de feras e bestas.

Vimos agora o que o bolchevismo pode fazer dos homens. Não podemos trazer à pátria os quadros que ali temos à nossa disposição. É o mais horrível que os cérebros humanos podem conceber. É um inimigo que, por um lado, luta com feroz crueldade e ao mesmo tempo, por outro lado, com cobardia e medo perante os seus comissários. É um país que, depois de perto de 25 anos de existência bolchevista, aprenderam agora a conhecer os nossos soldados.

Uma coisa sei: Quem ali esteve e ainda talvez fôsse comunista em qualquer recanto do coração, mesmo unicamente no sentido mais idealista, regressa curado desta maneira de ver. Disso podeis vós estar certos.

O „paraíso dos operários e camponeses” descrevi-o eu sempre com exactidão. Depois da conclusão desta campanha, cinco ou seis milhões de soldados confirmar-me-ão que eu disse a verdade. Serão testemunhas que eu poderei depois convocar. Êles marcharam pelas estradas dêste paraíso. Não puderam viver nas miseráveis cabanas dos camponeses dêste paraíso, porque não entram nelas senão quando é absolutamente indispensável. Viram as instalações dêste paraíso.

Êle não é mais do que uma fábrica de armas a expensas do nível de vida dos homens.

Uma fábrica de armas contra a Europa.

E contra êste cruel, bestial e feroz inimigo, contra êste inimigo com o seu poderoso armamento, conquistaram os nossos soldados as suas formidáveis vitórias. Não conheço nenhuma palavra que possa definir o seu esforço.

Não é possível formar uma idéia do que êles aqui constantemente dispenderam em coragem e bravura e em incomensuráveis esforços!

Quer se trate das nossas divisões blindadas ou unidades motorizadas, quer se trate da nossa artilharia ou dos sapadores, se olharmos para os nossos aviadores de caça, bombardeiros de vôo picado ou aviadores de batalha, ou para a nossa marinha de guerra, para as equipagens dos submarinos, ou, finalmente, se falarmos das nossas tropas alpinas do norte, ou dos homens da nossa S. S. em armas, são todos iguais! Acima de todos, porém, — e isto desejava eu frisar especialmente — acima de todos encontra-se no seu esforço o soldado alemão de infantaria, o mosqueteiro alemão!

Nós temos ali divisões, meus amigos, que desde a primavera marcharam para cima de 2.500 a 3.000 quilómetros a pé; inúmeras divisões que marcharam um, um e meio e mesmo até dois mil quilómetros. Isto diz-se ao de leve.

Eu posso apenas dizer: se se fala de guerra-relâmpago, então merecem êstes soldados que se classifique os seus esforços como relâmpago. Nunca na História foram excedidos nas suas marchas de avanço; quando muito, na retirada de alguns regimentos ingleses.

Há algumas retiradas-relâmpago históricas que ultrapassaram estas acções em rapidez. Nelas, porém, não se tratava de tão grandes distâncias porque, desde princípio, havia o cuidado de se conservar nas proximidades das costas.

Não pretendo por forma alguma insultar o inimigo; quero apenas conferir ao soldado alemão a justiça que êle merece.

Êle fêz o inexcedível!

E com êle também tôdas as organizações, cujos homens são, hoje, operários e soldados ao mesmo tempo.

Neste imenso espaço quasi todos são soldados. Todo o homem de trabalho é soldado, todo o ferroviário é ali soldado.

Em todo este território todos têm que continuamente prestar serviço com armas. E é um território colossal! O que se tem produzido na retaguarda desta frente é, no seu género, exactamente tão enorme como os esforços da própria frente. Mais de 25.000 quilómetros de caminhos de ferro russos estão de novo em serviço e mais de 15.000 quilómetros foram recentemente modificados para a bitola alemã. Sabeis, meus compatriotas, o que isto significa? Isto quer dizer que a maior linha transversal do antigo Reich alemão, das proximidades de Stettin até aos montes bávaros, isto é, uma linha com cerca de 1.000 quilómetros, colocada quinze vezes uma ao lado da outra no oriente, foi modificada para a bitola alemã.

O que isto custa em sacrifícios e suor, talvez a pátria não o possa avaliar com exactidão. E atrás de todos eles, os batalhões de trabalho do „Serviço de Trabalho”, as nossas organizações, especialmente a organização „Todt” e as organizações do berlinense Speer, e todas as outras, que existem para auxiliá-las. Ao serviço de toda esta gigantesca frente está a nossa Cruz Vermelha, estão oficiais e pessoal dos serviços de saúde e as enfermeiras da Cruz Vermelha. Todos se sacrificam de verdade! E atrás desta frente constrói-se a nova administração, que terá a seu cuidado, se a guerra se prolongar por muito tempo, tornar esta imensa região proveitosa para a pátria alemã e para os nossos aliados. A sua utilidade será enorme e ninguém deve duvidar de que nós sabemos organizar as coisas nesta região.

Se desta maneira vos apresento um tão resumido quadro do exemplar esforço dos nossos soldados e de todos aquêles que hoje lutam ou exercem a sua actividade aqui no oriente, também desejaria exprimir à pátria os agradecimentos da frente!

O agradecimento dos nossos soldados pelas armas que a pátria tem produzido, estas excelentes armas de

primeira categoria; o agradecimento pelas munições que desta vez, ao contrário da Guerra Mundial, estão à sua disposição em quantidades ilimitadas. Isto hoje é apenas um problema de transporte. Providenciámos por tal forma, que eu, no meio desta gigantesca guerra de material, posso suspender a continuação da produção em muitos campos, porque sei que agora já não há mais nenhum inimigo que não possamos aniquilar com as quantidades de material em existência.

Quando algumas vezes lerem nos jornais qualquer coisa sobre os gigantescos planos de outros Estados, sobre tudo o que tencionam fazer e sobre tudo o que querem começar; e quando, ao mesmo tempo, ouvirem alguma coisa sobre importâncias de biliões, lembrai-vos, meus compatriotas, daquilo que agora vos digo:

Primeiro: também nós pomos todo um continente ao serviço da nossa guerra;

segundo: não falamos de capital, mas sim de potencial de trabalho, e este potencial de trabalho utilizamo-lo nós cem por cento; e

terceiro: quando nada dizemos a esse respeito, isso não quer dizer que não fazemos nada.

Eu sei muito bem que os outros sabem fazer tudo melhor do que nós. Constróem „tanks” que são invencíveis, que são mais velozes que os nossos, que estão mais fortemente blindados do que os nossos, que têm melhores canhões do que os nossos e que nem precisam de gasolina.

Mas nós temo-los até agora destróado em tôdas as batalhas. E isto é que é decisivo.

Êles constróem aeroplanos maravilhosos. São sempre coisas maravilhosas as que êles fazem; tudo isto é inconcebível, também tècnicamente inconcebível. Mas êles ainda não têm máquinas que suplantem as nossas.

E, as máquinas que hoje circulam, dão tiros

ou voam não são aquelas com que circularíamos, daremos tiros ou voaremos no próximo ano!

Creio que isto bastará para qualquer alemão! Tudo o restante será fornecido pelos nossos inventores, pelos nossos operários alemães, pelas operárias alemãs.

Atrás desta frente de sacrifício, da intrepidez e desprezo da morte, está a frente da pátria, uma frente constituída pelas cidades e pelos campos. Milhões de camponeses alemães, na maior parte também freqüentemente substituídos por anciães e mancebos, ou por mulheres, cumprem o seu dever no mais elevado grau. Milhões e milhões de operários trabalham afincadamente, e é digno de admiração o que eles produzem. E, acima de tudo, encontramos aqui novamente a mulher alemã, as raparigas alemãs, que substituem milhões de homens que hoje estão na frente.

Podemos realmente dizer: é a primeira vez na História que todo um povo colabora na guerra, parte na frente, parte no interior.

Quando faço esta declaração, chego, na minha qualidade de velho nacional-socialista, a uma forçosa conclusão: ficamos conhecendo apenas dois extremos. Dum lado, são os Estados capitalistas que, com mentiras e imposturas, cerceiam aos seus povos os direitos naturais à vida e que têm exclusivamente em mira os seus interêsses financeiros, aos quais estão sempre prontos a sacrificar milhões de homens. Do outro lado, vemos o extremo comunista, um Estado que lançou indizível miséria sobre milhões e milhões e sacrificou também a felicidade de todos os outros à sua doutrina.

A meus olhos só uma única obrigação podemos daqui concluir para nós: revigorar cada vez mais o nosso ideal nacional e socialista! Devemos convencer-nos duma coisa: quando esta guerra estiver terminada, quem a ganhou foi o soldado alemão saído dos lares camponeses, das fábricas, etc., e que na sua totalidade representa, de facto, a massa do nosso povo.

Ganhou-a igualmente a pátria com os milhões de operários e operárias, camponeses e camponesas, assim como todos os homens que trabalham nos escritórios e nas profissões. Ganharam-na todos êstes milhões de homens trabalhadores! E é em proveito dêstes homens que êste Estado tem que ser exclusivamente organizado.

Quando esta guerra estiver terminada, eu voltarei dela como um nacional-socialista ainda mais fanático do que antes.

O mesmo deverá acontecer com todos os que ocupam posições directivas, visto que nêste Estado não impera, como na Rússia soviética, o princípio da chamada igualdade, mas sim o princípio da justiça. Quem é competente para dirigir, seja político, militar ou economista, tem para nós o mesmo valor. Igual valor, porém, deve ter também aquêle, sem cuja colaboração qualquer acto directivo resultaria em feito inútil e seria apenas acrobacia de idéias. Isto é que é decisivo.

O povo alemão pode estar hoje orgulhoso: tem os melhores dirigentes políticos, tem os melhores generais, os melhores engenheiros, dirigentes económicos e organizadores, e tem também os melhores operários e os melhores camponeses.

Fundir todos êstes homens numa comunidade, foi a missão que nos impusemos como nacionais-socialistas, missão que se nos apresenta hoje muito mais clara do que antes:

Saïrei desta guerra com o meu antigo programa de partido, cujo cumprimento me parece, hoje, muito mais importante do que nos primeiros dias.

Esta conclusão trouxe-me aqui, hoje, por breves momentos, para falar ao povo alemão.

DISCURSO PRONUNCIADO

pelo

FÜHRER E CHANCELER

ADOLF HITLER

no dia 21 de Maio de 1935

perante o Reichstag Alemão



517329

320
111
150

DISCUTENDO PROINICIADO

pele

RETRER E CHANCER

ADOLET

no dia 14 de Junho de 1972

perante o H. J. de

517322



Deputados!

Homens do Reichstag alemão!

A desejo do Govêrno alemão o Presidente do Reichstag e nosso correligionário Goering convocou esta assembleia afim de que eu, na minha qualidade de representante da nação alemã tivesse ensejo de vos fornecer aquelas explicações que considero necessárias para a compreensão da atitude e das decisões do Govêrno alemão no que respeita ás questões importantes que actualmente se debatem e que a todos nos preocupam.

E' com êste intuito que a vós me dirijo e, por vosso intermédio, a todo o Povo alemão. Mas dirijo-me ainda também a todos aqueles que, no resto do mundo, quer por dever quer por interesse, se esforçam por fazer uma ideia acêrca da maneira como encaramos estas questões, que igualmente os preocupam. Congratulo-me por poder dar aqui êstes esclarecimentos; será êste o melhor meio de evitar o perigo que, como a experiência demonstra, reside nas interpretações, as mais das vezes divergentes, de conversas entre duas pessoas ou perante uma assistência reduzida, conversas estas a que só pode ser dada, como é natural, uma publicidade fragmentária.

Mas o que, a meus olhos, confere a esta forma de exposição uma utilidade particular, é o facto de ela me não dar apenas o direito, mas de me impor verdadeiramente o dever de ser absolutamente franco e de falar com tôda a sinceridade dos diferentes problemas. A Nação alemã tem o direito de exigir isto de mim e eu estou resolvido a submeter-me a essa exigência. Chega muitas vezes ao meu conhecimento que, nos Países anglo-saxões, se lamenta

o facto de a Alemanha se ter afastado precisamente daqueles princípios de concepção democrática do Estado, que êsses Países consideram como particularmente sagrados. Esta opinião baseia-se num erro grave. Também a Alemanha possui uma constituição democrática. O actual Governo alemão do Estado Nacional-Socialista foi também eleito pelo Povo e sente-se da mesma forma responsável perante o Povo. Pouco importa o número maior ou menor de votos que, nos diferentes países, um cidadão tem que reunir para ser eleito representante da Nação. Ha países em que êsse número tem que ser de 20.000; em outros países basta obter 10.000 ou 5.000; em outros ainda são exigidos 60.000 ou mais.

O Povo alemão elegeu, com 38 milhões de votos, um único deputado como seu representante. E' esta talvez uma das diferenças mais essenciais em relação ás condições que existem noutros países. Isto significa porém, que eu me sinto, perante o Povo alemão, tão responsável como um parlamento qualquer. E' graças à sua confiança e por sua incumbência que eu procedo. O Povo alemão tem então o direito de esperar de uma explicação como a que vou hoje fornecer, que nela se discutam sem disfarces e abertamente as questões que não só agitam o resto do mundo, como suscitam também, no seio do Povo alemão, um interesse pelo menos igualmente tão vivo. E congratulo-me por êste facto, porque:

Na minha qualidade de Führer e de Chanceler da Nação, e como chefe do Governo do Reich, eu tenho ás vezes, infelizmente, que tomar decisões que são já, por si mesmas, suficientemente pesadas, mas cujo pêso aumenta ainda pelo facto de me não ser possível repartir a minha responsabilidade ou descarregá-la por completo sôbre outros. E' por isto que eu tenho pelo menos o desejo de dar à própria Nação uma ideia dos pensamentos que me preocupam, afim de que ela possa compreender mais facilmente as decisões e medidas que dêsses pensamentos resultam. Mas, quanto mais estas decisões são graves, tanto mais eu desejo, como alemão, tornar as minhas acções independentes de todos os instintos de fraqueza ou de temor e pô-las de acôrdo com a minha consciência perante o meu Deus e perante o Povo que Ele me permite que eu sirva.

Quando ha dois anos, em 30 de Janeiro de 1933, o falecido Presidente do Reich me chamou para formar o novo govêrno e

para dirigir os negócios do Estado, havia no seio do nosso Povo milhões de cidadãos — e entre eles também numerosos patriotas — que duvidavam de que me fôsse possível realizar com êxito a tarefa de que me tinham incumbido. Malevolência e preocupação impregnavam este Povo, então tão profundamente dividido. De facto a nossa situação só parecia próspera ao inimigo interior; os verdadeiros amigos consideravam-na, pelo contrário, como indizivelmente triste. Em muitos dos seus domínios, a vida nacional estava ameaçada da maneira mais grave. Na opinião de muitos, por razões compreensíveis, a catástrofe económica era a principal; para o observador mais profundo, todavia, era evidente que essa catástrofe não constituia senão uma consequência, o resultado económico inevitável de uma série de causas interiores, em parte de natureza social, em parte de natureza política mas, sobretudo, de natureza moral. Dado o número esmagador das tarefas que se nos deparavam, dado o carácter aparentemente desesperado da situação, dada também a insuficiência de todos os meios, era necessária uma grande coragem para não desanimar e para começar imediatamente a trabalhar, afim de fazer sair a Nação do abismo em que os seus sofrimentos e a sua decadência ameaçavam fazê-la sossobrar.

Sob o ponto de vista económico encontrávamo-nos perante a seguinte situação:

Depois de uma guerra de 4 anos que, só por si, tinha causado já à economia nacional terríveis prejuízos, os nossos inimigos vitoriosos forçaram o Povo alemão a aceitar uma paz ditada por eles. Menosprezando o mais elementar bon senso político e económico, essa paz pretende fazer da proporção de forças que existia no fim da guerra, o fundamento jurídico imutável da vida dos Povos.

Sem ter em conta as condições vitais e as leis da economia, e mesmo em opposição directa com estas condições e com estas leis, aniquilaram-se por um lado as possibilidades económicas e, o que é mais, formularam-se reivindicações inverosímeis. Sob a designação geral de «reparações» procedeu-se em seguida à destruição da economia alemã. Este incompreensível menoscabo das mais elementares noções económicas, provocou a situação seguinte:

1. A Nação tem um excesso de mão de obra.

2. A Nação sente a grande necessidade de readquirir os bens vitais que correspondem ao seu habitual elevado nível de existência e que lhe tinham sido subtraídos pela guerra, a inflação e as reparações.

3. A Nação sofre de uma carência de géneros alimentícios e de matérias primas, que se explica pelo espaço em que a sua vida está encerrada.

4. O mercado internacional, de que a Alemanha necessita para colocar os seus produtos e para poder, assim, obviar a esta situação, é excessivamente restrito e além disto reduzido constantemente, na prática, por numerosas medidas e por uma certa evolução que resulta obrigatoriamente das circunstâncias.

Não faz honra ao senso económico dos nossos adversários políticos de então, o facto de eles não terem começado a reconhecer a impossibilidade em que Alemanha se encontrava de continuar a satisfazer obrigações ilimitadas, por vezes mesmo literalmente incompreensíveis, senão depois dos seus métodos terem, não só arruinado a Economia alemã, como também começado a fazer sentir os seus efeitos nos outros países.

O resultado desta loucura foi, na Alemanha, uma indústria paralisada, uma agricultura aniquilada, uma classe média empobrecida, um comércio destruído, toda a economia sobrecarregada de dívidas, as finanças públicas arruinadas, 6 milhões e meio de sem-trabalho registados, cujo número atingia porém, na realidade, mais de sete milhões e meio.

Só para fazer face a esta catástrofe económica eram necessárias resoluções extremamente rigorosas. A Nação alemã tinha conseguido acumular toda a sua numerosa população num território relativamente restrito, graças às suficientes condições de vida que lhe eram fornecidas pela sua participação na Economia mundial. Enquanto esta situação se manteve, os 67 milhões de indivíduos que viviam neste pequeno espaço territorial, não só podiam satisfazer às necessidades da sua própria existência, como representavam ainda um útil factor económico para o resto do mundo. O decurso da guerra e, mais ainda, as consequências da política do período consecutivo à guerra, poderão ser um dia considerados como uma

refutação clássica, se bem que terrível, daquela opinião ingênua — mas que, infelizmente, dominava no cérebro de muitos homens de Estado, antes da guerra — de que a melhor maneira de favorecer a prosperidade económica de um País europeu seria por meio do aniquilamento económico de uma outra Nação.

Por um lado os encargos económicos impostos ao Povo alemão pela paz, por outro lado a desvantagem em que êle se encontra na sua economia interior e exterior, obrigam qualquer govêrno, quer êle queira quer não, a ter na devida conta as realidades. Todos nós temos a convicção de que a realização absoluta da ideia da autarquia económica em todos os Estados, tal como ela ameaça hoje impor-se, será, visto o problema com mais elevação, imprudente e de consequências nocivas para todos os Povos.

Sob o ponto de vista económico é pouco racional transformar países que são, por natureza, agrícolas e produtores de matérias primas, em países artificialmente industriais e, inversamente, obrigar países industriais com uma população excessiva a uma produção primitiva de matérias primas ou mesmo de sucedâneos de estas. Esta evolução ha-de trazer ainda um dia, para a Europa, consequências extremamente desagradáveis e perniciosas. A Alemanha não tem porém a possibilidade de modificar esta tendência, a qual merece bem a qualificação de absurda, se nos colocarmos num ponto de vista económico um pouco mais elevado. Na medida, precisamente, em que a dificuldade de colocar os nossos produtos no estrangeiro nos obriga a limitar as nossas importações, é necessário — para não deixar desempregada a mão de obra alemã — que tentemos produzir, com o auxílio de processos complicados, as matérias primas que nos faltam, ou que procuremos, nos casos em que esta produção não fôr possível, encontrar um equivalente para elas. Este é porém um problema que só pode ser resolvido com o auxílio de uma política económica metódicamente dirigida. Empreendimento perigoso, visto que toda a Economia dirigida muito facilmente provoca, como consequência, uma burocratização e, com ela, o estrangulamento da eterna criadora, a iniciativa individual. No interesse do nosso Povo não podemos porém desejar que, por meio de uma Economia que se aproxime do comunismo, e em virtude do adormecimento da energia de produção por ela provocado, diminua o rendimento total possível de toda a mão de

obra que possuímos e peore, em vez de melhorar, o nível geral de vida. Este perigo é ainda aumentado pelo facto de que toda a Economia dirigida tem uma grande tendência para abolir a dura lei da selecção económica dos melhores e do aniquilamento dos fracos, ou pelo menos para restringir os efeitos desta lei, afim de assegurar a manutenção de uma média inferior, à custa da maior aptidão, do maior zêlo e do maior valor, resultando daqui uma diminuição do proveito colectivo.

Se, apesar do conhecimento destes factos, optámos por este caminho, foi isso devido à circunstância de a êle sermos obrigados pela mais dura necessidade. Tudo o que tem sido realizado no decurso destes dois anos e meio, proporcionando metódicamente trabalho à população, procedendo a uma regulamentação metódica do mercado e a uma fixação metódica dos preços e dos salários, teria sido considerado, ha alguns anos ainda, como absolutamente impossível.

O êxito que obtivemos foi só devido a que, para além destas medidas económicas aparentemente tão sêcas, nós utilizávamos a energia viva do Povo inteiro. Para êste fim, foi porém necessário crear primeiro uma quantidade de condições materiais e psicológicas. Para assegurar o funcionamento da Economia nacional era indispensável, em primeiro lugar, reduzir a uma estabilidade absoluta o movimento incessante dos salários e dos preços. Era além disto necessário afastar todas as intervenções que não fôsem inspiradas pelo interesse económico superior da Nação, fazendo desaparecer as condições da sua actividade, isto é suprimindo as organizações de classe dos dois campos, que viviam da política dos salários e dos preços. A destruição dos sindicatos de combate, tanto dos patrões como dos assalariados, exigia a desapareição análoga dos partidos políticos sustentados por êstes grupos de interessados e, por sua vez, apoiando-os em paga. Esta medida impunha a adopção de uma nova constituição, construtiva e viva, bem como uma nova estrutura interna do Reich e do Estado.

Para que tudo isto, porém, fôsse mais alguma coisa do que uma modificação de organização puramente exterior, era necessário que o Povo em si fôsse educado no sentido de uma nova concepção e de uma nova maneira de viver sociais. Tarefas estas, cada uma

das quais exige um século para sua realização e de encontro ás quais se tem já despedaçado Povos e Estados. Mas o bom êxito de um programa destes — o qual ou é completamente bem sucedido ou está antecipadamente condenado nos detalhes — depende de duas condições, a saber: da calma que reina e do tempo de que se dispõe.

Nós, os alemães, temos só ensejo para lamentar que o resto do mundo continue a esforçar-se tão pouco por submeter a um exame objectivo o que se tem passado na Alemanha durante êstes dois anos e meio e que êle não estude na sua essência uma concepção filosófica à qual se devem, exclusivamente, todos os grandes resultados obtidos.

Com efeito, tanto o fim visado como a execução das tarefas intermédias — fim êste e execução esta que imprimem à Alemanha actual o seu character único e particular — proveem exclusivamente das ideias basilares do Nacional-Socialismo, são a obra do Partido Nacional-Socialista, da sua organização, da energia que lhe é própria e que dêle irradia. Nos últimos dois anos foi levada a cabo, na Alemanha, uma Revolução de que a maioria dos homens não compreendeu ainda toda a grandeza. A amplitude e a profundidade desta Revolução em nada sofreram com a benevolência com que ela tratou os seus adversários de outrora, visto que esta benevolência não proveio de um sentimento de fraqueza mas sim da convicção de uma superioridade infinita e de uma inabalável e segura confiança na vitória.

Esta Nova Alemanha não pode então ser comparada com a Alemanha do passado. As suas ideias são novas, assim como os seus actos são novos.

O espírito do patriotismo burguês e espalhafatoso, como factor político determinante, tornou-se para nós exactamente tão arcaico como as tendências do internacionalismo marxista.

Se a Alemanha actual se declara a favor da paz, isto não é, da sua parte, nem um gesto de fraqueza nem de covardia. A Alemanha defende a paz em virtude de uma nova concepção que o Nacional-Socialismo tem do Povo e do Estado.

O Nacional-Socialismo considera a incorporação forçada de um povo num outro povo que lhe é essencialmente estranho, não só como um fim político que não é digno de ser desejado, mas também como um acto cujas consequências põem em perigo a unidade interior e assim, finalmente, a força do povo conquistador. Eis porque a sua doutrina repele dogmáticamente a ideia de uma assimilação nacional. Assim fica refutada a crença burguesa na possibilidade de germanizar populações de outra raça. Eis porque nós não temos o desejo nem o intuito de irmos tirar a outros povos as suas particularidades étnicas, a sua língua ou a sua cultura, para os forçarmos a substituir êstes elementos por uma cultura alemã que lhes seria estranha. Não damos nenhuma instrução para que os nomes não alemães sejam germanizados; pelo contrário, desejamos que isso não se faça. A nossa doutrina étnica considera então qualquer guerra, feita para subjugar e submeter um povo estranho, como um acto que cedo ou tarde vem a modificar a estrutura interna do próprio vencedor, enfraquecê-lo e, finalmente, fazer dêle um vencido.

Mas também não acreditamos de maneira nenhuma que na Europa, na época em que se proclamou o princípio das nacionalidades, os povos cristalizados na sua estrutura nacional possam ainda ser despojados dela.

Na história dos últimos 150 anos encontramos um número mais que suficiente de exemplos que, a êste respeito, constituem ao mesmo tempo lições e avisos. Uma guerra futura não traria aos estados nacionais da Europa — além de um passageiro enfraquecimento do inimigo — outras vantagens a não ser ligeiras modificações das fronteiras étnicas, nada em proporção com os sacrifícios feitos.

O estado de guerra, que intenções destas mantêm entre os diferentes Povos, e que pode talvez ser considerado como útil por certas pessoas que nêle estão política ou económicamente interessadas, não traz aos Povos senão encargos e desgraças. A quantidade de sangue vertido, nos últimos 300 anos, no continente europeu, não está em nenhuma proporção com o resultado étnico dos acontecimentos. No fim de tudo a França continuou a ser a França, a Alemanha continuou a ser a Alemanha, a Polónia a Polónia, a Itália a Itália. Todas as modificações aparentemente profundas

da política dos Estados, modificações que o egoísmo dinástico, a paixão política e o fanatismo patriótico conseguiram à custa de rios de sangue, não deram nunca outro resultado, sob o ponto de vista nacional, senão o de arranhar ligeiramente a epiderme dos Povos, sem poder modificar essencialmente o seu character fundamental. Se êstes Estados tivessem consagrado a fins mais razoaveis apenas uma parte dos sacrifícios dispendidos, o resultado teria sido com certeza maior e mais duradouro.

Se, como nacional-socialista, eu hoje defendo com tôda a sinceridade esta concepção, sou a isso levado também pelo conhecimento duma outra circunstância, que vou passar a expôr:

O efeito immediato de qualquer guerra é o de devorar os melhores dentre os melhores. Como já não ha espaço livre na Europa, qualquer vitória — sem poder remediar seja como fôr os males profundos de que sofre a Europa — não conseguirá mais, quando muito, do que aumentar sob um ponto de vista puramente numérico a população de um Estado. Se os Povos concedem porém tanta importância a êste aumento, êles podem obter êste resultado sem sacrifícios dolorosos, applicando um método mais simples e, sobretudo, mais natural.

Fazendo com que aumente o número de nascimentos, uma política social sã pode oferecer em poucos anos à Nação mais creanças saídas do seu próprio sangue, do que os elementos estranhos que uma guerra lhe poderia trazer, por via de conquista e de sujeição final.

Não, a Alemanha Nacional-Socialista quer a Paz.

A Alemanha quer a paz em virtude das suas mais íntimas convicções filosóficas. Quere-a também em virtude do conhecimento, simples e elementar, de que nenhuma guerra poderia fazer desaparecer as causas essenciais da miséria que reina actualmente na Europa, mas sim apenas agravar ainda mais essa miséria. A Alemanha actual tem na sua frente o trabalho gigantesco de reparar as suas lesões internas. Nenhum dos nossos projectos de natureza positiva pode estar realizado antes de 10 a 20 anos. Nenhuma das tarefas de ordem ideal que nos impuzemos, poderá estar concluída antes de 50 ou talvez mesmo de 100 anos. Inicieí outrora a Revolução

Nacional-Socialista pela criação do movimento donde ela saiu e, desde essa data, tenho dirigido a acção. Sei que todos nós veremos apenas o primeiro início desta vasta evolução renovadora. ¿Que poderei eu desejar mais que tranquilidade e paz? Se se disser porém que êste é apenas o desejo do Govêrno, eu responderei a essa objecção:

Basta que os chefes e os governos queiram a paz, porque os Povos, por si, nunca desejaram a guerra.

A Alemanha necessita da paz e quer a paz. Quando oiço que um homem de Estado inglês pretende que estas afirmações nada são e que a garantia da sinceridade reside unicamente na assinatura feita sob tratados colectivos, eu peço a Mr. Eden para considerar que, em qualquer dos casos, se trata de afirmações.

E' muitas vezes muito mais fácil inscrever um nome sob tratados, reservando-se interiormente o direito de examinar em última análise a attitude que se tomaria numa hora decisiva, do que publicamente, perante uma Nação inteira, tomar partido por uma política que serve a paz pelo facto de não admitir as premissas da guerra.

Eu teria podido pôr a minha assinatura por baixo de 10 tratados, mas o pêso destes actos nunca poderia ter tido o mesmo valor que a declaração que eu fiz à França por ocasião do plebiscito do Sarre. Se, como Führer e mandatário da Nação alemã eu asseguro, à face do Mundo e do meu Povo, que uma vez resolvido o problema do Sarre, o Povo alemão nunca mais apresentará à França reivindicações territoriais, esta minha afirmação constitue uma contribuição mais importante para a paz, do que muitas assinaturas apostas sob muitos tratados. Creio que esta declaração solene deveria pôr fim a uma disputa que tanto tempo durou entre as duas Nações. Se a fizemos, foi na convicção de que êste conflito e os sacrifícios que êle traz para as duas Nações, não estão em proporção com o objecto da disputa, objecto que, sem nunca ter sido consultado, foi sempre e continuaria ainda a ser a causa de tantos sofrimentos e de tantas desgraças.

Todavia, se uma afirmação destas merece apenas a consideração de ser tomada em conhecimento, nada mais nos resta do que tomar também «conhecimento» desta resposta.

Tenho porém que protestar aqui contra qualquer tentativa feita no sentido de avaliar de modo diferente, conforme as necessidades, o valor das declarações. Se o Governo alemão afirma, em nome do Povo alemão, que não deseja senão a paz, esta declaração tem tanto valor como a sua assinatura posta por baixo de qualquer fórmula especial de pacto, visto que, de outra forma, esta última não pode ter mais valor do que a declaração solene.

E' curioso ver como, na vida história dos Povos, se produzem verdadeiras inflações de ideias que só difficilmente podem resistir a um exame rigoroso da razão. Desde ha algum tempo que o mundo vive, por exemplo, numa verdadeira mania de colaboração colectiva, de segurança colectiva, de obrigações colectivas, etc., e tudo isto parece, à primeira vista, ter um conteúdo positivo; tudo isto dá porém, observado mais atentamente, pelo menos a possibilidade de múltiplas interpretações.

¿ O que significa colaboração colectiva ?

¿ Quem determinará o que é colaboração colectiva e o que o não é ?

« Não tem este conceito de colaboração colectiva sido interpretado da maneira mais diferente de ha 17 anos para cá ? Creio que me exprimo claramente quando digo que, ao lado de muitos outros direitos, os Estados vencedores no tratado de Versailles, se reservaram o direito de definir em última análise o que é « colaboração colectiva » e o que não é « colaboração colectiva ».

Se me permito aqui criticar este método, é porque esta é a melhor maneira de demonstrar a necessidade intrínseca das últimas decisões tomadas pelo Governo do Reich e de fazer compreender os nossos verdadeiros intuitos.

A ideia actual de colaboração colectiva das Nações é, em princípio e por essência, propriedade intelectual do Presidente americano Wilson. A política do período anterior à guerra tinha sido sobretudo influenciada pela ideia das alianças entre nações unidas por interesses comuns. Com razão ou sem ela, considerou-se outrora esta política como responsável pela guerra mundial. O fim da guerra foi apressado — pelo menos no que respeita à Alemanha — pela doutrina contida nos 14 pontos de Wilson e nos 3 outros que os comple-

taram mais tarde. Com o fim essencial de impedir que se repetisse uma tal catástrofe para a humanidade, encontravam-se expostas nêsses pontos as ideias seguintes:

A paz não deve ser uma paz de direito unilateral, mas sim uma paz de igualdade para todos e, por consequência, uma paz de direito geral. Deve ser uma paz de reconciliação, de desarmamento de todos e, por consequência, de segurança para todos. A coroar êste pensamento encontrava-se a ideia de uma colaboração colectiva international de todos os estados e de todas as nações no seio da S. D. N. Devo afirmar aqui, ainda mais uma vez, que não havia no fim da guerra nenhum Povo que tenha acolhido estas ideias com mais avidez que o Povo alemão. Os seus sofrimentos e os seus sacrifícios eram infinitamente maiores que os dos outros Povos que tinham tomado parte na guerra. Confiantes nas promessas americanas, os soldados alemães depuzeram as armas.

Ao ditar-se ao Povo alemão, em 1919, a paz de Versailles, deu-se o golpe de misericórdia à colaboração colectiva dos povos. Com efeito, em vez da igualdade de todos tinha-se estabelecido uma classificação entre vencedores e vencidos; em vez de um direito igual para todos, uma diferenciação entre povos possuidores de direitos e povos dêles privados; em vez da reconciliação de todos a punição daqueles que tinham sucumbido; em vez do desarmamento international o desarmamento dos vencidos; em vez da segurança de todos, a segurança dos vencedores.

No entanto, no próprio tratado imposto em Versailles, se tinha declarado expressamente que o desarmamento da Alemanha iria apenas preceder, para o tornar possível, o desarmamento dos outros. Pode assim demonstrar-se por êste exemplo como a ideia da colaboração colectiva foi violada precisamente por aqueles que se arvoram hoje em seus mais ruidosos defensores.

A Alemanha cumpriu com um verdadeiro fanatismo as condições que lhe tinham sido impostas pelo tratado de paz. Sob o ponto de vista financeiro, até abalar por completo as suas finanças; sob o ponto de vista económico, até à ruína total da sua vida económica; sob o ponto de vista militar até ficar reduzida à completa incapacidade de se defender.

Vou repetir a largos traços os factos, que ninguém pode contestar, que demonstram como a Alemanha cumpriu as condições dos tratados:

No exército de terra foram destruídos:

1. 59.000 canhões e tubos,
2. 130.000 metralhadoras,
3. 31.000 lança-minas e tubos,
4. 6.007.000 espingardas e carabinas,
5. 243.000 canos de metralhadora,
6. 28.000 carretas de artilharia,
7. 4.390 carretas de lança-minas,
8. 38.750.000 projecteis,
9. 16.550.000 granadas de mão e de espingarda,
10. 60.400.000 espoletas,
11. 491.000.000 de munições de arma de mão,
12. 335.000 t. de envólucros de granada,
13. 23.515 t. de envólucros de balas,
14. 37.600 t. de pólvora,
15. 79.000 calibradores,
16. 212.000 telefones,
17. 1.072 lança-chamas, etc. etc.

Além disto foram destruídos:

Trenós, oficinas ambulantes, viaturas de canhões antiaéreos, ante-carros, capacetes de aço, máscaras de gases, máquinas da antiga indústria de guerra, canos de espingarda.

No ar:

1. 15.714 Aviões de caça e bombardeamento,
2. 27.757 Motores de aviação.

No mar foram destruídos:

- 26 navios de linha,
- 4 cruzadores de costa,

4 cruzadores couraçados,
19 cruzadores pequenos,
21 navios de escola e especiais,
83 torpedeiros,
315 submarinos.

Além disto foram ainda destruídos :

Veículos de toda a espécie, material de guerra química e de defesa contra a dita, explosivos e propulsores, holofotes, dispositivos de pontaria, telémetros e fonómetros, aparelhos ópticos de toda a espécie, arreios de solípedes, etc. todos os hangares para aviões e dirigíveis.

Procedendo desta maneira e abandonando-se literalmente, a Alemanha criou todas as condições necessárias para uma colaboração colectiva no sentido indicado pelas ideias do presidente Wilson.

Ora, pelo menos depois de estar concluído o desarmamento alemão, o mundo deveria ter feito o mesmo para restabelecer a igualdade. Como prova de que a nossa maneira de ver é exacta, lembremos apenas que não faltaram, nos outros Povos e nos outros Estados, vozes exortativas assinalando o perigo que residia no não cumprimento desta obrigação. Limitar-me-ei a assinalar aqui alguns destes homens, que não podem certamente ser considerados como amigos da Alemanha actual, afim de refutar por meio das suas declarações aqueles que, por uma espécie de esquecimento, não querem saber que o Tratado de paz não continha obrigações contratuais de desarmamento apenas para a Alemanha, mas sim também para os outros estados.

Lord Robert Cecil, membro da Delegação inglesa à Conferência da Paz de Paris e Presidente da Delegação inglesa à Conferência do Desarmamento (*Revue de Paris*, 1924, n.º 5) :

«As regulações de armamentos do Tratado de Versailles e dos outros tratados de paz começam com um preâmbulo que contém o seguinte : «A-fim de tornar possível um limite de armamento geral de todas as Nações, a Alemanha compromete-se a observar rigorosamente as cláusulas seguintes sobre

Exército, Marinha e Aviação.» Êste preâmbulo contém um acôrdo. É um prometimento solene dos Governos às Democracias de todos os Estados que assinaram os tratados de paz. No caso dêle não ser cumprido não pode o sistema construído sôbre os tratados de paz ter durabilidade e mesmo o desarmamento parcial deixará de existir dentro de pouco tempo.»

Paul Boncour a 8 de Abril de 1927 na 3.^a reunião da Comissão Preparatória do Desarmamento da Sociedade das Nações :

«Ê certo que o Preâmbulo da V Parte do Tratado de Versailles trata da limitação dos armamentos que a Alemanha executará como condição necessária e primacial para uma redução geral. Isto diferencia nitidamente o desarmamento da Alemanha de outros desarmamentos semelhantes que se tem realizado no decorrer da História e que, duma maneira geral, se mostraram assaz ineficazes. Desta vez e isto lhe dá todo o seu valor não é esta cláusula imposta só a um dos signatários do Tratado ; ela constitue muito mais um dever, uma obrigação moral e jurídica para os outros signatários de, por sua vez, iniciarem a limitação geral dos armamentos.»

Declaração Henderson de 20 de Janeiro de 1931 :

«Devemos convencer os nossos parlamentos e Povos de que todos os membros da Sociedade das Nações se devem comprometer solenemente a seguir a política de desarmamento que nos é imposta tanto pelo Direito Internacional como pela honra da Nação.

Precisarei de lembrar à Assembleia que o arto 8 do preâmbulo da V Parte do Tratado de Versailles, o protocolo final da Conferência de Locarno e as resoluções tomadas por esta Assembleia todos os anos desde 1920 claramente mostram que todos os membros da Sociedade tem a mesma responsabilidade no assunto ? Todos tomámos compromissos que, no caso de não serem cumpridos, autorizam à dúvida sôbre as nossas intenções de paz. Com isto sofreriam a influência e o prestígio da Sociedade das Nações.

Declaração Briand de 20 de Janeiro de 1931:

«Em nome do meu País dou o meu apoio às eloquentes palavras com as quais o nosso Presidente abriu a sessão ...

Eu creio como V. — várias vezes tenho tido ocasião de o afirmar — que os compromissos que as Nações tomaram ao assinar o art. 8.^o do Regulamento da Sociedade das Nações não devem continuar a ser letra morta. Êsses compromissos constituem uma obrigação sagrada, e a Nação que a êles faltasse, deshonrar-se-ia.»

Palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros belga Vander-velde, membro da Delegação da Paz belga, em 27 de Fevereiro de 1927:

«Daqui por diante encontramo-nos em face dêste dilema: ou as outras Potências reduzem os seus exércitos às proporções da Reichswehr alemã ou o tratado de paz ficará sem efeito e a Alemanha tomará para si o direito de possuir forças armadas que estejam em condições de assegurar a inviolabilidade do seu território (Bravo). Dêste facto há que tirar duas conclusões: uma é que todas as medidas de controle são improfícuas e a outra é que um desarmamento ou é geral ou nunca será realidade.»

O mesmo Ministro em 29 de Dezembro de 1930 no «Populaire»:

«O Tratado de Versailles tornar-se-ia um farrapo de papel no caso de não serem cumpridas as suas cláusulas tanto jurídicas como morais que obrigaram a Alemanha vencida a desarmar com o fim de preparar o desarmamento dos outros.»

Lord Robert Cecil no seu discurso radiodifundido em 31 de Dezembro de 1930:

«O desarmamento internacional faz parte dos nossos mais importantes interesses nacionais. Não foi uma mas sim várias vezes que nós tomámos o compromisso de reduzir os armamentos das Nações vencedoras da guerra mundial e de os limitar como sequencia do desarmamento impôsto ao nosso antigo adversário. Fazemos perder tôda a confiança nos compromissos internacionais se não cumprirmos aquilo que prometemos. Sendo a meu ver de importância secundária o facto de nada termos a responder no caso do nosso antigo adversário aparecer junto de nós a exigir a autorização para o seu rearmamento.»

Mais uma vez Paul Boncour em 25 de Abril de 1930 no «Journal»:

«Finalmente não é necessário ser profeta. É suficiente ter olhos abertos para vêr que no caso dum malôgro das negociações para o desarmamento ou do seu constante adiamento, a Alemanha, já livre de tôdas as outras imposições, se aprestará a tirar de cima dos seus ombros o desarmamento e a não suportar por mais tempo essa condição imposta pelo Tratado de Versailles que a indicava como indispensável ao cumprimento da promessa de desarmamento geral. Nós não temos outra escolha.»

¿Mas que sucedeu?

Enquanto a Alemanha, fiel ao tratado que lhe fôra imposto, cumpria as suas obrigações, era o cumprimento das cláusulas do mesmo tratado esquecido pelos Estados vencedores.

Quando hoje se pretende explicar essa falta com desculpas, não é na verdade difícil refutar os argumentos aduzidos. Com grande espanto ouvimos hoje em dia a estadistas estrangeiros afirmar que, na verdade, existia a intenção de cumprir essas cláusulas, mas que a hora da realização ainda não tinha chegado.

¿Mas porquê?

Tôdas as condições necessárias para o desarmamento dos outros Estados já estavam então plenamente realizadas.

1. A Alemanha tinha desarmado.

Os Estados estrangeiros não podiam verdadeiramente pretender que o menor perigo os ameaçava da parte dum Estado que se encontrava completamente desprovido de poder militar.

E todavia um tal desarmamento teria dado à Sociedade das Nações uma tão grande fôrça intrínseca que nenhum Estado se arriscaria a recorrer à fôrça contra qualquer dos participantes dêste desarmamento colectivo. A ocasião teria sido excelente para transformar as asserções rectóricas numa acção sincera. E isto com tanta mais facilidade quanto é certo que.

2. tôdas as condições necessárias, mesmo politicamente, para o levar a efeito se encontravam plenamente realizadas. Pois que,

se é que já houve uma democracia, era na Alemanha que ela existia. Tôdas as instituições políticas eram copias exactas ou imitações fieis dos grandes modelos existentes. Não era o Nacional-Socialismo que regia a Alemanha. Mesmo o nacionalismo burguês tinha, par assim dizer, desaparecido. Desde a social-democracia, passando pelo centro católico, até à democracia burguesa existia todo um grupo de partidos que não só pela sua concepção se assemelhavam aos dos outros países, mas também a êles se sentiam ligados pelos seus programas.

O que se esperava então ?

Quando se poderia apresentar melhor ocasião, para organizar uma cooperação verdadeiramente colectiva, do que nessa época em que na Alemanha existia exclusivamente uma ideologia politica em tudo semelhante à dos outros países ? Não ! A época era a própria e a ocasião tinha-se apresentado ; o que não existia era a vontade necessária.

Ao verificar, porém, como os outros signatários do tratado de Versailles se mostraram infieis aos seus compromissos, já nem sequer pretendo besear-me no facto de êles não terem desarmado. Porque, mesmo desejando desculpar os homens dêsses tempos revoltos com certas apreensões que os impediram de cumprir as cláusulas que os obrigavam a desarmar, será difícil encontrar motivos que possam justificar um rearmamento cada vez maior !

Isto é decisivo :

Não só êsses outros Estados não desarmaram mas, antes pelo contrário, completaram, melhoraram e, portanto, aumentaram os seus armamentos. A objecção feita de que os efectivos tinham sido reduzidos, não tem, neste caso, importância alguma, pois que esta redução foi mais que largamente compensada pelo aperfeiçoamento técnico sistemático das armas de guerra modernas.

Além disso, esta redução seria, em qualquer altura, facilmente recuperável. É necessário aqui levar em linha de conta o seguinte : tentou-se mais tarde, durante as negociações de desarmamento, estabelecer uma distinção entre as armas caracteristicamente defensivas e as mais próprias para o ataque.

Devo notar aqui que a Alemanha já não possuía qualquer das armas consideradas como ofensivas, pois que essas armas tinham sido completamente destruídas. E importa observar também que justamente essas armas ofensivas continuavam a ser desenvolvidas, aperfeiçoadas e aumentadas pelos outros signatários do tratado de Paz duma maneira extraordinária.

A Alemanha tinha destruído todos os seus aviões. Não sómente se encontrava desprovida de meios de defesa aérea activa, mas também se achava sem defesa no que respeita a meios passivos de protecção anti-aérea.

Durante este tempo, os outros signatários do tratado não só não destruíram os aviões que possuíam, como, até pelo contrário, continuaram a desenvolver a sua aviação dum modo formidável.

A velocidade dos aviões de caça, por exemplo, graças aos novos aperfeiçoamentos realizados desde então, foi levada de 220 km., que era atingida no fim da guerra, até cerca de 400 km. conseguida pelos tipos mais modernos. O armamento dos aviões subiu de 2 metralhadoras a 3, 4 e 5, por fim substituídas por pequenos canhões de tiro rápido. A altura máxima de vôo atingida no fim da guerra — 6.000 m. — passou a 9.000, 10.000 e 11.000 m.

Em vez de destruir os aviões de bombardeamento, como a Alemanha tinha feito, tratou-se sómente de os desenvolver, de os melhorar e de os substituir constantemente por tipos cada mais perfeitos e maiores. As capacidades de carga que no fim da guerra eram, em média, de 500 a 1.000 kg., passaram ser de 1.000 a 2.400 kg. A velocidade horária então atingida, em média de 125 a 160 km., pelos aparelhos de bombardeamento, subiu a 250/280 km. para os aparelhos nocturnos e a 350 para os de bombardeamento diurno. A altura máxima atingida pelos aparelhos de bombardeamento, no fim da guerra 3.000 a 4.000. m, foi levada já a 6.000, 7.000 e até a 9.000 m !

O armamento dos aparelhos de bombardeamento passou de 2, 3 e 4 metralhadoras a 4, 6 e mesmo 8, até atingir o canhão. A aparelhagem de pontaria foi tão genialmente aperfeiçoada que já se declarou abertamente ser possível aniquilar, com uma segurança

absoluta, qualquer objecto visado. Os aviões de bombardeamento por precipitação sobre o alvo foram inventados. O efeito explosivo das bombas foi, desde o fim da guerra, tornado cada vez mais mortífero. Com novas invenções tem-se aperfeiçoado incessantemente a técnica dos gases. Para destruir as aglomerações habitadas acharam-se novas bombas incendiárias modernas cujo fogo, segundo afirmam as revistas técnicas das diversas esquadras aéreas, é absolutamente inextinguível. Os aparelhos radiogoniométricos e de orientação no nevoeiro teem sofrido aperfeiçoamentos constantes, e, finalmente — último triunfo da ideia do desarmamento — foi já anunciada a existência de aviões capazes de bombardear qualquer objecto indefeso, sem necessitarem qualquer piloto, comandados por T. S. F.

O número de campos de aviação não foi reduzido; antes pelo contrário, por toda a parte tem aumentado. Os navios de guerra teem sido equipados com aviões. Mas não teem sido somente dados aos navios de guerra aviões de combate e de bombardeamento como acompanhantes; foi-se mais longe e construíram-se porta-aviões gigantescos, tudo em nome do «desarmamento» duma arma ofensiva! E tudo isto para cumprir as cláusulas do Tratado de Paz de Versailles que prescrevia aos outros Países seguir a Alemanha na destruição dos aviões.

A Alemanha, cumprindo as obrigações que lhe tinham sido impostas, destruiu todos os seus «tanks» que utilizara na guerra mundial. Assim, destruiu e suprimiu mais uma arma ofensiva em cumprimento do tratado. O dever dos outros Estados era de destruir também, pela sua parte, os seus carros de assalto. Ora esta destruição não somente não teve lugar, como também esta arma foi constantemente aperfeiçoada, aumentando a velocidade, a resistência e o poder de ataque.

A velocidade dos «tanks», que era ao tempo da guerra de 4 a 12 km., aumentou para 30, 40, 50 e mesmo até 160 km. Enquanto que a Alemanha já não possuía um rébite sequer dos seus «tanks», a França passava do tipo médio de 10 a 40 toneladas para os tipos pesados de 25 a 30 toneladas para atingir por fim os tipos mais pesados de 90 toneladas.

Enquanto que, durante a guerra, qualquer «tank» podia ser perfurado por um projectil de 13 mm., os novos monstros de guerra são providos de blindagens de 50 a 60 mm. que os tornam invulneráveis mesmo à artilharia ligeira. A par do desenvolvimento das qualidades passivas desta arma no que respeita a velocidade, pêso, capacidade de travessia de correntes fluviais, invulnerabilidade aos gases, visibilidade, e espessura de blindagem, desenvolveram-se também as qualidades ofensivas dêste engenho de guerra.

Em lugar de metralhadoras ou de canhões de 40 ou 50 mm. recorreu-se a combinações. Os «tanks» armados de canhões de 75, 100, 150 mm. e mais, não são fantasia alguma, mas sim uma terrível realidade.

Ao mesmo tempo que Alemanha destruía os seus «tanks» e que esperava que os outros cumprissem igualmente a sua promessa de destruir também os seus, êstes outros Estados construíam mais de 13.000 novos «tanks» e aumentavam e melhoravam constantemente esta arma, tornando-a cadavez mais terrível.

Em cumprimento do Tratado de Versailles tinha a Alemanha de destruir toda a sua artilharia pesada. Também isto foi cumprido! Mas enquanto os canhões de alto calibre e os morteiros alemães eram desfeitos, indo terminar a sua existência como sucata nos alto-fornos, os co-signatários do tratado não só não efectuaram a destruição da sua artilharia pesada, como nós, mas continuaram com o mesmo trabalho construtivo, de desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Quando, havia muito, já não existia um único obús de 420 mm. soube-se que as fábricas francesas tinham conseguido levar a efeito a construção dum obús de 540 mm. Construíram-se, como inovação, canhões de grande alcance capazes de atirar a 60 e 120 km. A artilharia pesada e ultra-pesada do tipo moderno e mais recente é engenhosamente construída de forma a ser transportada em volumes separados, cujo pêso e tamanho permitem uma mobilidade enorme utilizando tractores de rodas e de «chenilles».

Isto aconteceu com uma arma de caracter altamente ofensivo, à qual a Alemanha não podia opôr nenhuma arma de contra-ataque nem sequer meios puramente defensivos.

Gás: Conforme o tratado de Versailles, a Alemanha devia — novamente como condição prévia do desarmamento dos seus adversários —, destruir todo o seu armamento no que respeita a gás, e esta obrigação cumpriu-a ela integralmente. Nos outros Estados, a actividade dos laboratórios consistiu naturalmente não em abolir este armamento, mas pelo contrário, em aperfeiçoá-lo em proporções extraordinárias. Abertamente se lançava, em todo o mundo e de tempos a tempos, a notícia espantosa da descoberta dum gás ainda mais mortal que os outros, assim como de novas granadas e novas bombas gasógenas.

Submarinos: Ainda neste ponto, conforme as cláusulas do tratado de Versailles, e afim de tornar possível o desarmamento internacional, a Alemanha cumpriu fielmente as suas obrigações. Tudo o que pudesse ter parecenças com um submersível, foi cortado pela chama do maçarico, desfeito e tornado sucata.

O resto do mundo não seguiu este exemplo; também não se limitou a conservar aquilo que da guerra lhe restára, mas tratou, pelo contrário de o completar, aperfeiçoar e aumentar constantemente. O deslocamento das unidades submarinas acabou por atingir 3.000 toneladas, ao mesmo tempo que o calibre dos canhões chegava a ser de 200 mm. O número de tubos lança-torpedos crescia constantemente por unidade, o seu calibre aumentava, enquanto o raio de acção e a força explosiva do torpedo se ampliavam. Em relação aos do tempo da guerra, o raio de acção dos submarinos cresceu enormemente, a profundidade atingida foi sendo cada vez maior, enquanto a visibilidade era aperfeiçoada genialmente.

Foi essa a contribuição para o desarmamento por parte dos Estados que se tinham comprometido pelo tratado de Versailles a seguir o exemplo da Alemanha e, consequentemente, a destruir a arma submarina.

Tudo isto são apenas alguns dos factos. A sua enumeração poder-se-ia completar, aumentar e ampliar em todas as direcções. O conjunto dêles constitue a prova, que em qualquer momento se pode documentadamente demonstrar, de que, violando o Tratado de Versailles, não só o desarmamento se não fez, mas que muito pelo contrário se procedeu continuamente a um aumento e aperfeiçoamento de máquinas de guerra da maior potência.

Fez-se portanto exactamente o que ia contra as intenções, não só do Presidente Wilson, mas ainda, segundo a opinião de representantes dos mais eminentes dos nossos adversários, contra as obrigações assumidas pela assinatura do Tratado de Versailles.

Se isto não é uma violação flagrante do tratado e uma violação unilateral depois do outro contratante ter cumprido completamente as suas obrigações, será difícil de reconhecer que sentido faz a assinatura de tratados no futuro.

Não ! Para isto não há nem palição nem desculpa.

Porque a Alemanha, absolutamente desprovida de defesa e de armas, representava tudo, menos um perigo para os outros Estados.

Embora esperando durante anos seguidos, e em vão, a observância das cláusulas do Tratado de Versailles por parte dos seus adversários, a Alemanha esteve sempre disposta a prestar sua colaboração a um trabalho colectivo. O Lord do Sêlo Privado inglês, Mister Eden, é de opinião que por toda a parte se encontrava a mesma boa vontade no estabelecimento duma paridade traduzível pela fixação quantitativa dos efectivos. Sendo assim, não é senão para lamentar que se não tenham tirado consequências práticas dêste estado de espírito. Não foi a Alemanha que provocou a derrocada da proposta dum exército de 200.000 homens para todos os Estados europeus, mas sim os outros Estados que não queriam desarmar. E, finalmente, não foi também a Alemanha que rejeitou a proposta de mediação inglesa na primavera de 1934, mas sim o Governo francês que, em 17 de Março de 1934, rompeu as negociações a êste respeito.

Ouve-se hoje muita vez formular a esperança de que a Alemanha apresente por seu lado um plano construtivo. Ora, não foi só uma vez, mas sim por várias ocasiões, que eu apresentei propostas nêste sentido. Se tivesse sido aceite o meu plano construtivo dum exército de 300.000 homens, talvez hoje muitas preocupações fôsem menores e os encargos menos pesados. Mas a apresentação de planos construtivos é quasi inútil, quando de ante-mão se sabe que a sua recusa é certa. Se me decido, todavia, a apresentar mais uma vez um bosquejo dos nossos pensamentos, não é senão por consideração para com o dever que sinto de tentar tudo para dar à Europa a

segurança interior que ela necessita, e aos povos europeus o sentimento renovado da sua solidariedade. Não tendo, até hoje, os outros Estados, cumprido a sua obrigação de desarmar, e, mais ainda, tendo sido objecto de recusa todos os projectos de limitação de armamentos, vi-me obrigado, como «Führer» da Nação alemã, responsável perante Deus e perante a minha consciência, a restabelecer, em nome do direito da Alemanha à vida, a igualdade de direitos que lhe havia sido negada internacionalmente em vista da elaboração de novas convenções militares, da fixação dos efectivos russos em 960.000 homens e da decisão francesa do estabelecimento do serviço militar de dois anos. A falta de cumprimento das cláusulas contratuais não é bem, neste caso, do lado da Alemanha, mas sim da parte dos Estados que nos obrigaram a tomar esta decisão autónoma. E' que, a introdução na Alemanha do serviço militar obrigatório e a publicação da lei sobre a organização do novo exército alemão, não foram senão a volta da Alemanha a uma situação de direito igual, não constituindo ameaça para ninguém, mas garantindo-lhe a sua própria segurança.

E, chegado a este ponto, não posso deixar de exprimir o meu espanto pela observação ouvida da boca do Primeiro Ministro inglês, Mr. MacDonald, de que, em vista do restabelecimento do exército alemão, boa razão tinham tido os outros Estados em adiar o seu desarmamento. Se esta concepção se generaliza, muitas coisas interessantes poderemos esperar do futuro. Com efeito, nessa ordem de ideias, toda a violação dum contracto se achará ulteriormente justificada pelo facto do outro contratante muito provavelmente proceder da mesma forma. Assim, A e B fecham um contracto, B executa-o, A quebra a sua palavra. Depois de reclamações de B, repetidas durante anos, acaba este por declarar que o contracto não tem mais validade, pelo que A se acharia no direito de constatar que a sua infracção anterior se encontrava por esse facto plenamente justificada, pois que B se desliga nesse momento das suas obrigações.

Desejo nesta altura ocupar-me muito sucintamente das censuras e imputações a que o restabelecimento do exército alemão tem dado lugar.

Declara-se que a Alemanha 1. não é ameaçada por ninguém e que, portanto, 2. não se compreende porque se rearma.

Poder-se ia retorquir ao argumento com a pergunta: por que é que a outra parte, que em todos os casos se devia encontrar menos ameaçada por uma Alemanha desarmada do que essa mesma Alemanha se encontrava ameaçada por ela, não cessou de se armar para desarmar porfim? Mas se se pretente que a Alemanha, com o seu rearmamento, ameaça os outros Estados, há pelo menos que concluir que o rearmamento dêstes constituía uma muito maior ameaça para a Alemanha fraca e desarmada.

Julgo que aqui só há duas alternativas: ou os armamentos são uma ameaça para a paz, e então são-no em todos os Estados, ou não constituem uma ameaça de guerra, e nêsse caso não o são em nenhum Estado. O que não é admissível é que um grupo de Estados apresente os seus armamentos como um pacífico ramo de oliveira e os dos outros como a forquilha do diabo.

Um «tank» será sempre um «tank» e uma bomba sempre uma bomba será.

A ideia de poder dividir para sempre o mundo em Estados com direitos desiguais, será sempre apenas aceite por uma das partes. A Nação Alemã não está, em qualquer dos casos, disposta a ser considerada e tratada eternamente como país de segunda categoria e em inferioridade de direitos. O amor da paz é talvez mais forte na Alemanha do que entre os outros Povos, pois fomos os que mais sofremos com esta desgraçada guerra. Ninguém tem entre nós a intenção de ameaçar os outros. Mas todos estamos decididos a assegurar e manter a igualdade do Povo Alemão. E esta igualdade é a condição primordial de toda a colaboração prática e colectiva. Emquanto a êste respeito se alimentarem pensamentos reservados, sejam êles quais forem, poder-se-á a priori considerar impossível realizar uma colaboração europeia proveitosa.

Em poder de direitos absolutamente iguais aos das outras potências, a Alemanha nunca se recusará a participar nos trabalhos destinados a servir a causa da paz, do progresso e do bem-estar económico. E, nesta altura, acho que não devo deixar de criticar certos métodos, inspirados no Tratado impôsto em Versailles, que são responsáveis pelo mau êxito de alguns esforços bem intencionados.

O mundo vive hoje na era das conferências. A causa de tantas destas reuniões terem decorrido sem êxito algum, reside já, não raras vezes, na maneira como os seus programas foram estabelecidos e como se definiram os fins a atingir. Um Governo sente — como de resto todos os outros — a necessidade de fazer alguma coisa pela paz da Europa que considera comprometida. Mas, em vez de ser submetida primeiro a ideia geral do convénio à apreciação de todos os Estados interessados, exprimindo-se o desejo de conhecer as opiniões dêsses estados, ou seja, as dos seus govêrnos, sôbre os diferentes meios e métodos a empregar no tratamento e solução da questão, elaboram entre si duas ou três chancelarias um programa completo. É às vezes impossível subtrair-se uma pessoa à impressão de que, quando foi estabelecido o conteúdo das decisões projectadas, não tenha presidido em parte o desejo de provocar, graças a uma mistura do possível e do impossível, o cheque certo do projecto à custa dos que serão mais tarde convidados a tomar parte na conferência. Pois o facto de dois ou três Estados se entenderem sôbre um programa que se fixa até ao mínimo detalhe, corresponde simplesmente a levar ao conhecimento dos Estados posteriormente convidados o programa já elaborado, com a observação de que êste programa é um todo indivisível e, ou se aceita na sua generalidade e totalidade, ou terá de ser considerado como rejeitado. Como num tal programa se podem encontrar, naturalmente, também ideias muito aproveitáveis, fica o Estado que não dá o seu assentimento ao projecto em conjunto, com a responsabilidade de ter provocado o fiasco também da parte que era aproveitável. Esta maneira de agir faz lembrar extraordinariamente os processos de certas empresas distribuidoras de filmes que, por princípio, só fornecem películas boas juntamente com ordinárias, não consentindo qualquer discriminação. Um tal método só se explica como última manifestação atávica, que tem a sua origem e modelo nas chamadas negociações de paz de Versailles. Estabelece-se um programa, que se dita à outra parte, e tudo é depois proclamado como um tratado solenemente assinado. Foi seguindo esta receita que outrora se tentou conduzir a um feliz termo, tão desejado por todos, a luta mais formidável da História Mundial. As consequências dêste processo foram certamente mais que lamentáveis, não só para o vencido, como também para o vencedor.

Pelo que respeita à Alemanha basta-me dizer, a propósito de tais tentativas, que não tornaremos a fazer parte de nenhuma conferência, em cujo programa não tenhamos colaborado desde o início. Em caso algum estamos dispostos, quando dois ou três Estados cozinham um tratado, a ser convidados como terceiros a provar tal manjar. Isto não significa que não nos reservemos a liberdade de dar posteriormente o nosso assentimento e pôr a nossa assinatura num tratado que tenha sido concluído sem a nossa colaboração e em conferências nas quais não tenhamos tomado parte. De modo algum. É possível que um tratado nos convenha na forma definitiva adoptada e nos pareça útil, embora não tenhamos participado na sua redacção ou na conferência em que um grupo de Estados o aceitou. Não hesitaremos então, em certas circunstâncias, em dar posteriormente o nosso assentimento e adesão a um tal tratado, contanto que isso seja desejado ou possível.

O Governo Alemão reserva-se porém o direito de decidir se o caso está ou não nessas circunstâncias.

Mais uma vez devo acentuar que me parece errado o método de elaborar programas de conferências com o título de «tudo ou nada».

Considero, dum modo geral, um tal princípio na vida política como pouco aplicável. Creio que se teria conseguido muito mais para a pacificação da Europa, se se tivessem contentado, em cada caso, com o que era realmente realizável.

Não houve nos últimos anos proposta de pacto posta a discussão, que não tivesse sido aceite por todos, sem mais dificuldades, num ou noutro ponto. Mas, afirmando que existia uma ligação indissolúvel entre êstes pontos aceitáveis e outros, em parte mais complicados e em parte absolutamente inaceitáveis para diferentes Estados, preferiu-se desprezar os lados bons do projecto e produzir o insucesso total.

Também me parece muito lastimável abusar da tese da indivisibilidade da paz como pretexto para construções destinadas,

menos a servir a segurança colectiva, do que a contribuir consciente ou inconscientemente para a preparação colectiva da guerra. A Grande Guerra devia constituir, a êste respeito, um aviso terrível. Não creio que a Europa resista pela segunda vez a uma tal catástrofe sem sofrer o mais formidável abalo. Esta catástrofe poderá tanto mais facilmente produzir-se, quanto mais se for enfraquecendo a possibilidade de localizar conflitos insignificantes, por meio duma rêde de obrigações internacionais que se cruzam e entrecruzam, e quanto maior for sendo o perigo de ser arrastado para o conflito um número considerável de Estados e agrupamentos de Estados. No que respeita à Alemanha desejo não deixar dúvidas sôbre o seguinte:

A Alemanha aceitou e garantiu solenemente à França as fronteiras, tais como elas se encontram depois do plebiscito do Sarre.

A Alemanha, sem se prender ao passado, concluiu com a Polónia um tratado de não-agressão que constitue outra contribuição mais que preciosa para a paz europeia, tratado que respeitaremos cegamente, e que só um desejo nos inspira: vê-lo sempre prolongado e renovado, e que dêle resulte um estreitamento cada vez maior das relações entre os dois Povos. Tudo isto fizemos embora, por exemplo, renunciando definitivamente à Alsacia-Lorena, um pedaço de terra por causa da qual nos batemos duas vezes. Mas fizemo-lo para poupar, no futuro, especialmente ao nosso Povo, sacrifícios sangrentos. Estamos certos que prestámos principalmente um serviço, não só ao nosso Povo, como também às regiões fronteiriças.

Queremos, pelo nosso lado, fazer tudo que está ao nosso alcance para chegar a uma paz verdadeira e real amizade com o Povo francês. Reconhecemos o Estado polonês como o berço dum grande Povo animado dum profundo sentimento nacional, com a compreensão e a cordial amizade de nacionalistas sinceros. Mas se estamos decididos a poupar ao Povo alemão uma nova efusão de sangue — mesmo quando isso implica um sacrifício para nós — muito menos pensamos em oferecer o nosso sangue inconsideradamente em interêsse dos outros. E não pensamos um momento em vender por contrato o Povo alemão, os seus homens e filhos,

para qualquer conflito eventual, nem causado nem influenciado por nós.

A vida do soldado alemão é preciosa demais e o amor que dedicamos ao nosso Povo é demasiado grande para que possamos conciliar com o nosso sentimento de responsabilidade o facto de nos ligarmos a obrigações de auxílio militar impossíveis de determinar.

Julgamos servir assim melhor a causa da paz, pois o facto dum Estado saber que não tem de antemão, para um conflito, grandes e poderosos aliados militares, só lhe poderá fortalecer o sentimento preciso da sua responsabilidade. Finalmente, há, a êste respeito, coisas que são possíveis e outras que o não são.

Como exemplo vou referir-me, em poucas palavras, ao Pacto Oriental que nos foi proposto.

Trata-se de uma obrigação de assistência que, estamos convencidos, pode levar a consequências absolutamente impossíveis de precisar. O Reich, e especialmente o Governo actual, só estão possuídos do desejo de manter para com todos os Estados vizinhos relações pacíficas e amistosas. Nós alimentamos êstes sentimentos não sómente para com os grandes Estados que nos rodeiam, como também para com os pequenos Estados vizinhos. Nós vemos até na existência dêstes pequenos Estados, conquanto ela seja de facto independente, um factor de paz e de neutralidade, precioso para as nossas fronteiras, de resto tão abertas e desprotegidas militarmente. Embora seja grande o nosso amor pela paz, não está ao nosso alcance impedir a deflagração, precisamente a leste, de conflitos entre quaisquer Estados. A determinação do culpado é, em si, num tal caso, infinitamente difícil. Não existe no mundo autoridade por Deus abençoada com a sua clarividência divina que pudesse assim achar a eterna verdade. Uma vez desencadeada a fúria da guerra entre os povos, prevalecerá a máxima: o fim justifica os meios. E a humanidade perde nestas ocasiões, rapidamente, a noção clara de razão e de culpa. Mais de vinte anos decorreram já sobre o comêço da guerra e todas as nações vivem na sagrada convicção de que a razão lhes assistia e de que a culpa estava do lado

do adversário. Eu temo que no princípio dum conflito desta natureza, as obrigações de assistência se utilizarão menos para reconhecer o agressor, que para prestar auxílio ao Estado mais capaz de servir os próprios interesses do signatário. Seria talvez mais útil à causa da paz que, no caso duma deflagração, o mundo se afastasse imediatamente das duas partes contendoras, em vez de se envolver desde o princípio na contenda. Abstraindo destas considerações fundamentais, apresenta-se aqui ainda um caso especial. A Alemanha actual é um Estado Nacional-Socialista. A ideologia que nos anima é diametralmente oposta à da Rússia Soviética.

O Nacional-Socialismo é uma doutrina que se limita ao Povo Alemão; o Bolchevismo, pelo contrário, sublinha a sua missão internacional.

Nós, Nacionais-Socialistas, cremos que o homem só pode encontrar a felicidade integrado no seu povo. Nós vivemos na convicção de que a felicidade e a actividade criadora da Europa estão indissoluvelmente ligadas à existência dum sistema de Estados nacionais independentes e livres. O bolchevismo prega a criação dum império mundial em que os estados serão secções duma Internacional Central.

Nós, Nacionais-Socialistas, reconhecemos a todos os povos o direito de uma vida interior própria, conforme às suas necessidades próprias e à sua congenialidade.

O bolchevismo desenvolve, pelo contrário, teorias de character doutrinal que devem ser aceites por todos os povos sem atender ao seu espírito particular, às suas predisposições especiais, à sua tradição, etc.

O Nacional-Socialismo preconiza a solução dos problemas, questões e tensões de natureza social, no seio da Nação, e isto com métodos que são compatíveis com as nossas concepções, tradições, e condições nos domínios gerais intellectuais, culturais e económicos.

O bolchevismo prega a luta internacional de classes, a revolução internacional e mundial pelo terror e pela violência.

O nacional-socialismo luta pela conciliação e eliminação radical dos antagonismos vitais, e pela solidarização de todos para uma obra comum.

O bolchevismo prega que é preciso vencer a supremacia duma classe, para afinal a substituir pela ditadura da violência exercida por outra classe.

O Nacional-socialismo não dá qualquer valor a uma supremacia, simplesmente teórica, da classe trabalhadora; mas atribue tanto mais valor à melhoria prática das suas condições e nível de vida.

O bolchevismo luta por uma teoria e sacrifica milhões de vidas humanas, incomensuráveis valores de cultura e riquezas seculares duma nação, e só consegue alcançar, comparado connôco, um nível de existência muito mais baixo.

Como Nacionais-Socialistas, estamos possuídos de admiração e estima pelas grandes realizações do passado, não só do nosso povo, como também dos demais. Sentimo-nos felizes por pertencermos a uma comunidade de cultura europeia que imprimiu ao mundo actual, com tão grande relêvo, o cunho do seu espírito.

O bolchevismo rejeita esta obra cultural da Humanidade e afirma que a verdadeira história da civilização e da Humanidade começou com o aparecimento do marxismo.

Como Nacionais-Socialistas, podemos talvez, num ou noutro ponto de organização, não estar sempre de acôrdo com os nossos organismos eclesiásticos, mas o nosso ideal não é nem a irreligiosidade nem a descrença, e não desejamos ver as nossas igrejas transformadas em clubes ou cinemas.

O bolchevismo prega o ateísmo e actua nessa conformidade.

Nós, Nacionais-Socialistas, consideramos a propriedade privada como uma fase superior do desenvolvimento económico da humanidade, que regula a administração das coisas produzidas em conformidade com as diferenças entre as capacidades individuais,

mas que, no conjunto, oferece a todos a possibilidade e garantia dum nível de vida mais elevado.

O bolchevismo aniquila não sómente a propriedade privada, como também a iniciativa particular e o gosto das responsabilidades. É por isso que, num país como a Rússia, o maior Estado agrícola do mundo, êle não pôde salvar milhões de vidas humanas de uma morte pela fome.

Seria de consequências incalculáveis imaginar uma tal catástrofe na Alemanha visto que, enquanto que na Rússia correspondem a 90 camponêses 10 cidadãos, na Alemanha correspondem 25 camponêses a 75 cidadãos.

Poder-se-ia prosseguir nesta descrição até ao infinito.

Nacionais-socialistas e bolchevistas estão convencidos de que existe entre êles um abismo impossível de transpôr. Mas há entre uns e outros, além disso, mais de 400 camaradas nacionais-socialistas assassinados, milhares doutros nacionais-socialistas pertencentes a outras organizações e que caíram também na luta contra os bolchevistas, milhares de soldados e agentes da autoridade que foram fusilados e massacrados em defesa do Reich e dos Estados alemães contras as contínuas revoltas comunistas e, finalmente, existem nas fileiras do Partido Nacional-socialista mais de 43.000 feridos. Milhares dêles estão para sempre cegos ou estropiados.

Considerado o Bolchevismo como fenómeno especificamente russo, limitando-se a sua acção ao território dêste país, êle não nos interessa nada. Cada nação tem o direito de procurar a sua felicidade à sua maneira. Mas se o Bolchevismo tenta exercer a sua influência na Alemanha, somos então os seus inimigos mais encarniçados e mais fanáticos.

Um facto é que o Bolchevismo se considera êle mesmo como uma ideia revolucionária de concepção mundial, como um movimento revolucionário mundial, e também o proclama. Contentar-me-ei com citar aqui alguns dos acontecimentos revolucionários dos últimos quinze anos, com os quais a imprensa e a literatura

bolchevistas, proeminentes homens de estado e oradores bolchevistas, confessam a sua íntima ligação e até dela se vangloriam :

1918 Novembro — Revoluções na Austria e Alemanha.

1919 Março — Revolução proletária na Ungria. Revolta na Coreia.
Abril — Revolução comunista na Baviera.

1920 Setembro — Ocupação das fábricas pelos operários na Itália.

1921 Março — Revolta da Vanguarda Proletaria na Alemanha.

1923 Outono — Crises revolucionárias na Alemanha.

1924 Dezembro — Revolta na Estónia.

1925 Abril — Revolta em Marrocos.

Julho — Revolta em Viena.

Abril — Explosão na Catedral de Sofia.

Desde 1925 movimentos revolucionários na China.

1926 Dezembro — evitou-se a tempo uma revolta comunista na Índia Oriental Holandêsa (Java).

1927 Incremento revolucionário na China; movimento comunista dos negros da América do Norte; capturas de agentes comunistas nos Estados Bálticos.

1928 Encerramento de organizações comunistas em Espanha, Portugal, Ungria, Bolívia, Lituânia, Itália, Finlândia, Estónia, Letónia, Japão; alterações da ordem na China; fermentação comunista na Macedónia; atentados comunistas na Argentina.

1929 Maio — Barricadas em Berlim.

Agosto — Congresso comunista mundial «contra o imperialismo»; Revolta na Colúmbia.

Setembro — Explosões de bombas na Alemanha.

Outubro — Invasão dos bolchevistas russos na Mandchúria.

1930 Fevereiro — Perturbações comunistas na Alemanha.

Março — Congresso comunista mundial «dos sem-trabalho».

Maio — Revolta armada comunista na China.

Junho, Julho — Repressão do movimento comunista na Finlândia.

Julho — Guerra civil comunista na China.

1931 Janeiro — Repressão de bandos comunistas na China.

Janeiro — Revelações oficiais sobre os comunistas nos Estados Unidos da América do Norte.

Maio — Rebenta a revolução em Espanha.

Junho, Julho — Luta contra os bandos comunistas na China.

Agosto — Repressão do comunismo na Argentina, encerramento da representação comercial comunista na América do Sul, prisões etc, etc, . . .

! E uma serie infinda!

Do último discurso do Lord do Sêlo Privado, se me não engano, posso depreender ser êle da opinião que a União dos Sovietes não tem tais tendências de expansão comunista e, em particular, nenhum intuito de agressão militar. Ninguém se alegraria mais do que nós, se se viesse a verificar no futuro tal opinião. Mas o passado depõe contra ela. Se me permito opôr a esta opinião a minha maneira de ver, parece-me poder recordar que o êxito da minha própria luta não é, de certo, devido exclusivamente a uma incapacidade que, por acaso, se ache particularmente concentrada em mim. E eu creio entender alguma coisa disto.

Comecei a minha obra na Alemanha mais ou menos ao mesmo tempo que o Bolchevismo aqui festejava os seus primeiros triunfos, ou seja a primeira guerra civil. Quando, ao cabo de quinze anos, o Bolchevismo contava seis milhões de partidários, o número dos meus era de treze milhões. Quando a luta se tornou decisiva o Bolchevismo sucumbiu. O Nacional-Socialismo salvou a Alemanha, e talvez com ela tôda a Europa, da catástrofe mais terrível de todos os tempos. Se aqueles que, na Europa Ocidental, fazem apreciações sobre esta ideia, possuissem a mesma experiência prática que eu, creio que também chegariam a uma concepção bem diferente. Se a minha luta tivesse gorado e se a revolta bolchevista tivesse primeiro triunfado no Reich, então, eu bem o sei, não se

negaria reconhecimento à grandeza do nosso feito histórico. Assim, só me poderei apresentar como um prègador, talvez troçado por todo o mundo. Mas, no que respeita à Alemanha, a minha consciência e a minha responsabilidade levam-me a declarar o seguinte:

As revoltas e outros movimentos revolucionários comunistas na Alemanha nunca se poderiam ter dado se não tivessem sido preparados espiritual e materialmente pelo Bolchevismo universal. Os seus chefes mais eminentes não só foram educados e providos de meios na Rússia para a sua acção revolucionária na Alemanha, como também festejados e condecorados naquele país e até nomeados chefes de corpos do exército russo. Isto são factos.

A Alemanha nada tem a ganhar com qualquer guerra europeia. O que nós queremos é liberdade e independência.

Nêste intuito, estávamos também prontos a assinar pactos de não-agressão com todos os Estados nossos vizinhos. Se exceptuamos a Lituânia, não é porque desejamos uma guerra com ela, mas sim porque não podemos concluir tratados com um Estado que não respeita as mais primitivas leis da vida social. É sumamente deplorável que a localização dispersa dos Povos europeus não permita em muitos casos, senão muito difficilmente, demarcar as fronteiras de harmonia com os limites das nacionalidades, e bem assim que certos tratados não tenham, cientemente, tomado em consideração a nacionalidade dos habitantes das regiões a que se referem. Mas por isso mesmo menos razão ha para martirizar e maltratar homens já assim atingidos pela infelicidade de estarem arrancados do Povo da sua estirpe. Li ha algumas semanas num grande diário internacional que a Alemanha bem podia renunciar ao 'Território de Memel, pois era já grande bastante sem êle. Êsse nobre filantropo escriba esquece sòmente que 140.000 homens teem afinal também direito de viver e que não se trata de saber se a Alemanha os quere, mas sim se êles próprios desejam ser alemães ou não.

Êles são alemães. Por um assalto ulteriormente sancionado, cometido em pleno tempo de paz, foram arrancados do Reich; e, como castigo de, a-pesar de tudo, se manterem afeiçoados ao Povo alemão, são agora perseguidos, torturados e maltratados da maneira mais bárbara. Que se diria na Inglaterra ou na França

se naturais de essas Nações sofressem tão triste sorte?! Considerar como crime punível que homens violentamente arrancados ao seu Povo contra todo o direito e sentimento natural, alimentem o sentimento de pertencer a êsse mesmo Povo, equivale a contestar a seres humanos um direito concedido até mesmo aos animais, ou seja o direito de dedicação ao antigo dono e o sentimento innato de solidariedade. Ora, na Lituânia, 140.000 Alemães estão privados até de êste direito. Por isso, enquanto as Potências responsáveis e garantes do Estatuto de Memel não conseguirem levar a Lituânia a respeitar os mais elementares direitos humanos, nós, pelo nosso lado, não teremos possibilidade alguma de assinar qualquer tratado com êsse País.

A não ser com esta excepção — que aliás pode ser a todo o tempo eliminada pelas grandes Potências responsáveis — estamos, porém, prontos a aumentar, mediante tratados de não-agressão e exclusão da violência, o sentimento de segurança em todos os Estados confinantes com a Alemanha, sentimento de que aproveitáramos também como parte contraente. Mas não nos é possível adicionar a êsses tratados obrigações de assistência, para nós ideológica, política e objectivamente insuportáveis. O Nacional-Socialismo não pode chamar os seus adeptos, isto é, o Povo Alemão, para a luta pela conservação de um sistema político que, pelo menos no nosso próprio Estado, se revela como o nosso mais feroz inimigo.

Obrigaçao para manter a paz, sim! Mas auxílio ao bolchevismo na beligerância, não o desejamos nós, nem tampouco estariamos em condições de o prestar. De resto, vemos na conclusão dos pactos de assistência mútua de que temos conhecimento, um procedimento que por nada se distingue da formação das antigas alianças militares. Lamentamos isso muito particularmente, porque o tratado franco-russo de aliança militar veio introduzir um elemento de insegurança jurídica no único tratado de segurança mútua verdadeiramente claro e realmente valioso em vigor na Europa, que é o Pacto de Locarno. As interpelações que, sem dúvida provenientes de apreensões análogas, teem sido feitas nos últimos tempos por várias entidades, provam, tanto pelas perguntas como pelas respostas, como se tornou grande por essa aliança o número de casos susceptíveis de dar motivo a divergências de opinião. O

Governo Alemão ficaria extremamente reconhecido, se recebesse uma interpretação autêntica das repercussões e efeitos da aliança militar franco-russa sobre as obrigações contratuais das Potências signatárias do Pacto de Locarno. Tampouco quer deixar a menor dúvida sobre a sua própria opinião, que é considerar essas alianças militares incompatíveis com o espírito e com a letra do Estatuto da Sociedade das Nações. Nada menos impossível do que aceitar obrigações ilimitadas de assistência, parece-nos a nós também assinar pactos de não-intromissão, enquanto este conceito não fôr definido com toda a precisão. Em realidade nós, os Alemães, mais que qualquer outro Povo, teríamos toda a razão de nos regozijar, se finalmente se conseguisse encontrar um caminho ou um método para entravar e impedir a acção de forças exteriores sobre a vida política interna dos Povos. Depois da guerra mundial a Alemanha é vítima de contínuas perturbações provenientes de essa origem. O partido comunista alemão era a secção de um movimento político com sede no Estrangeiro e de lá dirigido.

Tôdas as sublevações na Alemanha eram inspiradas de fóra, e de fóra recebiam apoio material. De resto, sabe isso perfeitamente o mundo inteiro, mas nunca por êsse facto deu mostras de particular exaltação.

Um exército de emigrados está agindo no Estrangeiro contra a Alemanha. Em Praga, em Paris e em diversas outras cidades imprimem-se continuamente jornais revolucionários alemães, que de lá são introduzidos por contrabando na Alemanha. Manifestos a instigar a actos de violência encontram carinhoso acolhimento não só nesses jornais, mas também em órgãos da grande imprensa. Emissoras radiofónicas «clandestinas» instaladas no Estrangeiro incitam a atentados na Alemanha. Outras emissoras fazem propaganda em alemão a favor de organizações terroristas proibidas na Alemanha. Constituem-se publicamente no Estrangeiro tribunais que tentam intervir na administração da justiça alemã, etc., etc. Porquanto estejamos assim nós próprios sobremaneira interessados em que desapareçam essas tentativas e métodos, contudo parece-nos ser excessivamente grande o perigo de que, no caso de não ser inteiramente precisa a definição dos factos desta natureza, um regime, que no interior do Estado não possua senão a violência

como base jurídica, procure fazer interpretar qualquer sublevação interna como intromissão proveniente de influências estrangeiras e, para se manter, reclame o auxílio armado consignado nos tratados.

Que na Europa as fronteiras políticas não são nem podem ser as fronteiras das ideias, é um facto que ninguém pode contestar.

Depois da introdução do Cristianismo, certas ideias teem-se difundido continuamente na colectividade de Povos e destinos da Europa, criando, através das fronteiras políticas e nacionais, elementos de comunicação e ligação. Se, por exemplo, um membro de um Governo estrangeiro lamenta que na Alemanha actual já não sejam reconhecidas certas ideias adoptadas na Europa occidental, tanto mais compreensível deveria propriamente ser que as concepções alemãs do Novo Reich não possam passar despercebidas em um ou outro país alemão.

A Alemanha não tenciona nem querê intrometer-se nos negócios interiores da A'ustria, nem tampouco anexá — la ou incorporá — la no Reich. O Povo Alemão e o Governo Alemão, porém, pelo simples sentimento de solidariedade resultante da origem étnica comum, desejam, como é natural, que o direito de dispôr de si próprios não constitua apenas privilégio dos Povos estrangeiros, mas seja garantido em tôda a parte também ao Povo Alemão.

Eu, por mim, julgo que nenhum regime não ancorado no Povo, nem pelo Povo apoiado e desejado, pode perdurar longo tempo. Se entre a Alemanha e a Suíça, que em grande percentagem é alemã também, não existem dificuldades desta natureza, é que a independência e a soberania da Suíça são reais e ninguém duvida que o seu Governo não seja a verdadeira expressão legal da vontade do Povo.

Nós, os Alemães, temos todos os motivos para nos regozijarmos pelo facto de existir, confinante com a Alemanha, um Estado de população em grande parte alemã, dotado de uma solidez interior a tôda a prova e em posse de uma independência real e efectiva. O Governo Alemão lamenta a tensão derivada do conflito com a A'ustria, tanto mais que ela deu origem a uma perturbação das

nossas anteriormente tão boas relações com a Italia, Estado com o qual, aliás, não temos nenhum antagonismo de interesses.

Passando agora de estas considerações gerais para uma definição mais precisa dos problemas actuais que se nos apresentam, vou formular na seguinte enumeração a posição tomada pelo Govêrno Alemão:

1. O Govêrno Alemão rejeita a resolução votada em Genebra em 17 de Abril. Não foi a Alemanha que unilateralmente infringiu o tratado de Versailles; êste diktat de Versailles foi, nos pontos conhecidos, violado unilateralmente, e portanto anulado, pelas Potências que não puderam decidir-se a fazer seguir ao desarmamento impôsto á Alemanha o seu próprio desarmamento estipulado no mesmo tratado. Esta nova discriminação infligida á Alemanha pela resolução de Genebra torna impossível ao Govêrno Alemão reingressar na S.D.N. enquanto não se achem realizadas as condições prévias de uma verdadeira igualdade de direitos para todos os membros de essa instituição. Para êsse efeito, o Govêrno Alemão considera necessário que se estabeleça uma separação bem nítida entre o tratado de Versailles, alicerçado na distinção entre vencedores e vencidos, e a Sociedade das Nações, que tem de estar baseada na paridade de estima e igualdade de direitos de todos os seus membros.

Esta igualdade de direitos deverá estender-se a tôdas as funções e a todos os direitos de possessão da vida internacional.

2. O Govêrno Alemão, em consequência do não cumprimento das obrigações de desarmamento por parte dos outros Estados, desligou-se por sua vez dos artigos que, devido ao gravame, agora unilateral, imposto á Alemanha, constituem uma discriminação da Nação Alemã por tempo ilimitado. Declara, porém, da maneira mais solene, que estas suas medidas se referem exclusivamente aos pontos indicados que discriminam moral e materialmente o Povo Alemão. Portanto, o Govêrno Alemão respeitará absolutamente todos os restantes artigos referentes á vida em comum das Nações, inclusivé as estipulações territoriais, e não procederá, senão por um entendimento pacífico, ás revisões inevitáveis no decurso dos tempos.

3. O Governo Alemão tem a intenção de não assinar nenhum contrato que lhe pareça inexecutável, mas cumprirá escrupulosamente todo o tratado assinado voluntariamente, mesmo que tenha sido redigido antes de ele ter assumido o Poder. Nesta concordância observará e cumprirá todas as obrigações resultantes do Pacto de Locarno, enquanto as outras Potências signatárias estiverem também prontas a observá-las e cumpri-las. O Governo do Reich vê, no respeito da zona desmilitarizada, uma contribuição para o socêgo da Europa, contribuição aliás inefavelmente pesada para um Estado soberano. Julga, porém, ter de fazer notar que a contínua concentração de tropas no outro lado, não pode ser considerada de modo algum como complemento de êstes esforços.

4. O Governo Alemão está a todo o tempo pronto a participar num sistema de cooperação colectiva para assegurar a paz europeia, mas considera necessário ter-se na devida conta a lei da evolução eterna, mantendo aberta a via de revisão dos tratados. Vê nesta possibilidade do desenvolvimento regulado dos tratados, um elemento de garantia da paz, e considera o entrave de toda a modificação necessária, como jugulamento que pode provocar explosões no futuro.

5. O Governo Alemão está persuadido de que a reconstrução de uma cooperação europeia não se pode efectuar nos moldes de condições impostas unilateralmente. Julga que, visto os interesses nem sempre serem orientados no mesmo sentido, é preferível contentar-se de cada vez com um mínimo, a deixar malograr esta cooperação devido a um máximo inexecutável de exigências. Está além disso convencido de que êste entendimento com a grandiosa finalidade que tem em mira, só pode ser realizado por etapas.

6. O Governo Alemão está por princípio pronto a concluir com os vários Estados seus vizinhos pactos de não-agressão, e a completa-los com todas as cláusulas que tenham por alvo isolar os beligerantes e localizar o foco de guerra. Está, em especial, pronto a aceitar todas e quaisquer obrigações resultantes dêstes pactos quanto ao fornecimento de materiais e armas em tempo de paz e em tempo de guerra, e que sejam aceites e respeitadas por todos os signatários dos pactos.

7. O Governo Alemão está pronto a aderir, para complemento do Pacto de Locarno, a um convénio aéreo, e a entrar na discussão das cláusulas do êsse convénio.

8. O Governo do Reich deu a conhecer as proporções da organização do novo exército alemão. Não se afastará delas em caso algum. Na execução do seu programa não vê nenhuma ameaça a qualquer outra Nação, nem por terra, nem no ar, nem por mar. Está, porém, a todo o tempo pronto a proceder nos seus armamentos às limitações que os outros Estados igualmente aceitem.

O Governo do Reich já fez saber, espontaneamente, certas limitações dos seus intuitos. Deu assim a melhor prova da sua boa vontade de evitar uma desmesurada corrida aos armamentos. O facto de ter limitado os armamentos aéreos alemães ao nível das outras grandes Potências occidentais, permite a todo o tempo fixar um máximo que a Alemanha se obrigará, com compromisso categórico, a respeitar rigorosamente.

A limitação da marinha de guerra alemã a 35 por cento da inglesa, dá-lhe uma tonelagem total inferior em 15 por cento à da armada francesa. Dado que em vários comentários da imprensa se aventou que esta reivindicação era apenas um início, que aumentaria especialmente com a posse de colónias, o Governo do Reich declara categoricamente que esta reivindicação é, para a Alemanha, definitiva e irrevogável.

A Alemanha não tem a intenção, nem sente a necessidade, nem tampouco possui meios de entrar numa rivalidade naval, seja ela qual fôr.

O Governo do Reich reconhece de motu próprio a eminente importância vital e portanto a legitimidade da defesa do Imperio Britânico mediante supremacia nos mares, exactamente como, vice-versa, nós estamos resolvidos a empreender tudo o necessário para defender a nossa própria existência e a nossa liberdade como Potência continental. O Governo Alemão está animado da sincera intenção de fazer tudo para estabelecer e manter com o Povo e Estado Inglês relações que impeçam para sempre a repetição da única luta que até hoje houve entre as duas Nações.

9. O Govêrno Alemão está pronto a tomar parte activa em todos os esforços tendentes a limitar praticamente os armamentos. Considera como único caminho para isso actualmente possível, o regresso à ordem de ideias da antiga Convenção da Cruz Vermelha de Genebra. Crê primeiramente apenas na possibilidade de uma progressiva supressão e proscricção das armas e métodos de combate, que pela sua própria natureza estejam em contradição com a dita Convenção da Cruz Vermelha, já em vigor.

Julga que, assim como outrora se proibiu e, de uma maneira geral, se evitou com isso praticamente o emprêgo de balas dum-dum, assim também se há-de conseguir proibir e portanto evitar praticamente o emprêgo de certas armas. Compreende por armas de esta natureza tôdas as que em primeiro lugar levam a morte e a destruição, menos aos soldados combatentes, do que às mulheres e crianças que não tomam parte na luta propriamente dita.

O Govêrno Alemão considera como errônea e ineficaz a ideia de suprimir os aviões, deixando porém livre o bombardeamento. Mas considera como possível banir internacionalmente, como contrário ao direito das gentes, o emprêgo de certas armas e proscrever da Humanidade, dos seus direitos e das suas leis as Nações que apesar disso se sirvam de essas armas.

Também neste ponto julga que a melhor maneira de obter resultados é proceder passo a passo. Comece-se portanto pela proibição do lançamento de bombas gasógenas, incendiárias e explosivas fóra da verdadeira zona de combate. Esta limitação pode ser prosseguida até à absoluta condenação internacional de todo o lançamento de bombas. Mas enquanto o lançamento de bombas fôr como tal livre, tôda a limitação do número de aviões de bombardeamento será de natureza duvidosa, dada a facilidade de os substituir rapidamente.

Mas se o lançamento de bombas fôr estigmatizado como barbaridade contrária ao direito das gentes, a construção de aviões de bombardeamento em breve deixará automaticamente de existir, por supérflua e inútil.

Se, graças á Convenção da Cruz Vermelha de Genebra, se conseguiu pouco a pouco evitar o morticínio, em si possível, dos

feridos e prisioneiros indefesos, assim também se há-de poder, mediante uma convenção análoga, proibir o bombardeamento aéreo contra a população civil igualmente indefesa, e por fim suprimi-lo em absoluto.

A Alemanha vê mais tranquilização e mais segurança dos Povos nesta maneira fundamental de encarar e resolver o problema, do que em todos os pactos de assistência mútua e convenções militares.

10. O Governo Alemão está pronto a aprovar toda a limitação tendente a suprimir as armas ultra-pesadas próprias sobretudo para o ataque. Estas armas compreendem primeiro a artilharia ultra-pesada e segundo os tanks ultra-pesados. Dada a formidável fortificação das fronteiras francesas, tal supressão internacional das armas agressivas ultra-pesadas daria automaticamente à França uma segurança verdadeiramente de cem por cento.

11. A Alemanha declara-se pronta a aprovar toda a limitação dos calibres da artilharia, dos navios de linha, dos cruzadores e dos torpedeiros. Outro-sim está o Governo Alemão pronto a aceitar toda a limitação internacional do tamanho dos navios de guerra, e, finalmente, a aprovar a limitação da tonelagem dos submarinos ou mesmo a sua supressão completa, no caso de uma regulamentação internacional igual para todos.

Além disso assegura mais uma vez que adere a toda e qualquer limitação ou supressão de armas, sempre que elas sejam internacionais e se tornem eficazes para todos no mesmo prazo.

12. O Governo Alemão é de opinião que todas as tentativas no objectivo de alcançar, mediante acordos internacionais ou plurilaterais, uma atenuação de certas tensões existentes entre determinados Estados serão baldadas, enquanto não se evitar com medidas convenientes que a opinião pública dos povos seja envenenada por abjectas creaturas, em conferências e na imprensa, em filmes e em peças de teatro.

13. O Governo Alemão está a todo o tempo pronto a aprovar um convénio internacional que reprima e impeça de modo eficaz toda a tentativa de intromissão alheia em outros Estados. Tem todavia de exigir que tal acôrdo seja de efeitos internacionais e

aproveite a todos os Estados. Visto nos países de governo não apoiado na confiança geral do Povo haver o perigo de as suble-vações internas poderem ser facilmente atribuídas a intromissão estrangeira pelos elementos interessados, torna-se necessário que o conceito de «intromissão» seja submetido a uma definição internacional bem precisa.

Deputados! Homens do Reichstag alemão!

Esforcei-me por vos traçar um quadro dos pensamentos que hoje nos animam. Por maiores que sejam em si as apreensões, considero incompatível com o meu sentimento de responsabilidade, como Führer da Nação e Chanceler do Reich, exprimir a mais leve dúvida sobre a possibilidade de se manter a paz. Os Povos querem-na. Tem de ser possível aos Governos salvaguardá-la.

Julgo que a restauração da força armada alemã constituirá um elemento desta paz. Não porque tencionemos dar ao nosso novo exército um tamanho absurdo, mas sim porque o simples facto da sua existência elimina na Europa um vácuo perigoso. A Alemanha não tem a intenção de aumentar desmesuradamente os seus armamentos. Nós não possuímos nenhuns dez mil aviões de bombardeamento e não os construiremos; pelo contrário, impuzemo-nos a nós próprios um limite que, segundo a nossa opinião, garante a defesa da Nação alemã, sem lesar a ideia de uma segurança colectiva e da sua regulamentação. Sentir-nos-íamos felicíssimos, se uma regulamentação de esta natureza nos permitisse aplicar a laboriosidade do nosso Povo em obras mais úteis que o fabrico de instrumentos de destruição de vidas humanas e bens materiais. Cremos que, se os Povos da terra conseguissem chegar a um acôrdo para destruir em comum tôdos as suas bombas incendiárias, gasógenas e explosivas, isso constituiria um gesto mais proveitoso do que servir-se delas para se esfacelarem uns aos outros.

Exprimindo-me nestes têrmos, já não falo como representante de um Estado indefeso, ao qual êsse acto da parte dos outros se traria vantagens, sem lhe impôr novas obrigações. Não tenho intenção de me ir meter na discussão, surgida ultimamente em vários sítios, sobre o valor do exército nacional e dos outros exércitos, ou sobre a falta de coragem dos soldados estrangeiros e bravura excepcional dos soldados do próprio país.

Nós todos sabemos quantos milhões de intrépidos e heróicos adversários, infelizmente para nós, se bateram conosco na guerra mundial. A nós Alemães, porém, pode a História dar-nos tantas e tantas vezes o testemunho de que temos sempre entendido menos da arte de viver sisudamente, do que da arte de morrer com decência. Eu que sei, se a Nação fôsse atacada, todo o alemão cumpriria mais que nunca seu dever de soldado, porque quinze longos anos de experiência lhe ensinaram qual é a sorte dos Povos vencidos.

Esta profunda convicção impõem nos a todos uma grave responsabilidade e com ela uma obrigação suprema. Êste meu discurso perante vós, que sois meus companheiros de luta e representantes da confiança da Nação, não poderia terminá-lo de melhor modo, do que repetido a nossa profissão de fé em favor da paz.

A natureza da nossa nova Constituição dá-nos a possibilidade de manietar na Alemanha os instigadores á guerra. Oxalá que os outros Povos consigam dar uma expressão denodada ás verdadeiras aspirações de sua alma. Quem levante na Europa o facho incendiário de guerra, não pode desejar senão o cáos. Nós, contudo, vivemos na firme convicção de que na nossa época não terá lugar a decadência de Ocidente, mas sim o seu ressurgimento. Que à Alemanha seja dado contribuir para essa grandiosa obra com um imperecível quadro dessa orgulhosa esperança e nossa inabalável fé.

